

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

IOLENE MESQUITA LOBATO

**ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS CHEFES DE FAMÍLIA: UMA
INVESTIGAÇÃO A PARTIR DA UFG**

GOIÂNIA

2011

IOLENE MESQUITA LOBATO

ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS CHEFES DE FAMÍLIA: UMA INVESTIGAÇÃO A PARTIR DA UFG

Linha de Pesquisa: Etnografia das Ideias e dos Repertórios Culturais.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora Prof^a. Dr^a. Nei Clara de Lima

GOIÂNIA

2011

IOLENE MESQUITA LOBATO

**ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS CHEFES DE FAMÍLIA: UMA
INVESTIGAÇÃO A PARTIR DA UFG**

Dissertação defendida no Mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás para a obtenção do título de Mestre, aprovada em 13 de setembro de 2011 pela Banca Examinadora constituída pelas seguintes professoras:

Prof^a. Dra. Maria Luiza Rodrigues Souza
Presidente da Banca

Prof^a Dra. Eliane Gonçalves
FCS/UFG

Prof^a. Dra. Maria José Pereira Rocha
PUC-GO

Dedico este trabalho a todas as mulheres que conquistaram seus espaços e lutam diariamente por direitos iguais.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma tarefa prazerosa, no entanto é difícil expressar em poucas palavras meu carinho para com aqueles que colaboraram direta ou indiretamente na realização desta pesquisa.

Agradeço primeiramente a Deus, pela oportunidade, pela força e sabedoria na construção deste trabalho.

A minha querida orientadora, professora Nei Clara de Lima, pela confiança, pela dedicação e pelos momentos de aprendizagem que envolveram a necessidade do estranhamento e da relativização, exercícios fundamentais na pesquisa antropológica.

À professora Eliane Gonçalves que, com carinho e atenção, ajudou-me com suas sugestões de leitura a caminhar e a enxergar o que ainda estava velado, oculto, encoberto.

Ao professor Luiz Melo de Almeida Neto, pelas sábias contribuições e sugestões na qualificação.

Ao meu querido filho, Vinícius Mesquita de Sousa, e a meu esposo, Luiz Carlos de Sousa, pela compreensão dos momentos de ausência e por compartilharem minhas lágrimas e risos.

A Sebastiana Filauça Mesquita Lobato, minha mãe, e à memória do meu pai, Manuel Pereira Lobato, que me ensinaram a sonhar e a lutar pelos meus ideais.

A minha querida irmã, Silmara Mesquita Lobato, que por tantas vezes ouviu minhas dúvidas, incertezas e conquistas.

Às interlocutoras que, com carinho e atenção, contribuíram participando das entrevistas e contando-me suas histórias de vida.

Às minhas queridas amigas do Mestrado em Antropologia, Aline Murillo, Tetê, Margarida Amaral, Rosana Schmidt e Juliana, pelo carinho, respeito e apoio nesta trajetória.

À querida Karine R. Peixoto, que partiu este ano.

Às professoras Dra. Maria Luiza e Dra. Cyntia Rodrigues, pelas discussões e contribuições na minha formação.

A CAPES, pelo apoio financeiro imprescindível na realização desta pesquisa.

“Não devemos esquecer que, na ciência, não pode haver verdades estabelecidas. O estudioso não é o homem que fornece as verdadeiras respostas; é aquele que faz as verdadeiras perguntas.”
(LÉVI-STRAUSS, 1991)

RESUMO

Nesta dissertação é analisado o universo de mulheres escolarizadas, chefes de família, a partir de um grupo discente da Universidade Federal de Goiás, buscando examinar esse arranjo familiar para além de abordagens demográficas e sociológicas. Este trabalho se justifica por constatar, a partir de estudos realizados por Carmem Barroso (1978), Mary Garcia Castro (1982), Eni de Mesquita Sâmara (2002a), Maria Luiza Marcílio (1993), Ângela Mendes de Almeida (2007) e Mariza Correa (1987), que chefes de família femininas, em geral, estão associadas a contingências populacionais e a classes sociais marcadas pela pobreza. A partir de trabalhos de campo de base etnográfica, é possível acessar, inversamente, identidades de níveis sociais e educativos diferenciados e, com o apoio dos suportes teóricos de Ortner (2007), Heilborn (1993), Dumont (2000), são feitos recortes da realidade baseados na construção de subjetividades femininas situadas na modernidade goiana, enfocando elementos como autonomia intelectual e independência econômica no mercado de trabalho. Tais elementos configuram arranjos familiares que colocam em suspensão identidades culturais marcadas por uma complexa dinâmica de vida, dividida entre os estudos, a especialização profissional, novas maternidades e a resignificação de modelos conjugais próprios de subjetividades decisivas nas mudanças de comportamento feminino do Centro-Oeste brasileiro.

Palavras-chave: Comportamento Feminino, Famílias, Mulheres Escolarizadas.

ABSTRACT

In this dissertation I analyze the universe of the studied women, family heads, from a student group of the Federal University of Goiás in order to examine this familiar array beyond demographic and sociologic approaches. This work is justified to evidence, from accomplished studies made for Carmem Barroso (1978), Mary Garcia Castro (1982), Eni de Mesquita Sâmara (2002a), Maria Luiza Marcílio (1993), Ângela Mendes de Almeida (2007) e Mariza Correa (1987), that feminine familiar heads, in general, are associates the population contingencies and the marked social classes for the poverty. In this in case that, from ethnographic works fields, access, inversely, identities of social levels and educational differentiated and, supported on the Ortner (2007), Heilborn (1993), Dumont (2000) theories, I offer based clippings of the reality in the construction of situated goianas feminine subjective modernity, focusing elements as intellectual autonomy and economic independence in the work market. Such elements configure familiar arrays that place in suspension marked cultural identities for a complex dynamics of life divided between the studies, the professional specialization, new maternities and marriage rearrange, proper models of subjective decisive in the changes of feminine behavior of the Brazilian Center-West.

Keywords: Feminine Behavior, Families, Studied Women.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	05
RESUMO	08
ABSTRACT	08
INTRODUÇÃO	11
1 O CONTEXTO DA PESQUISA COM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS CHEFES DE FAMÍLIA	17
2 FAMÍLIA E FEMINISMO	25
2.1 Família e Feminismo: conceitos e perspectivas	29
2.2 O Impacto do Feminismo na Instituição Familiar	36
2.3 Famílias Comandadas por Mulheres	41
2.4 O que Dizem as Entrevistadas	45
2.5 As Mulheres e o Mundo do Trabalho	48
3 ENTRE O LAÇO E O NÓ	53
3.1 Família e Subjetividade	59
3.2 Tensões e Conflitos Recobertos	64
3.3 Representação acerca da Mulher Casada	66
3.4 A Família Nuclear e seu Significado	68
4 SER MULHER NA PERSPECTIVA DAS UNIVERSITÁRIAS CHEFES DE FAMÍLIA	72
4.1 Tias, Avós, Mães e Irmãs: entre passado e presente	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
APÊNDICE	102
ANEXOS	104

INTRODUÇÃO

Apesar dos inúmeros estudos sobre a temática “mulheres chefes de família” nas últimas décadas do século XX, sua complexidade demanda análises aprofundadas que permitam sair das formulações generalizantes e estudá-la na sua pluralidade e/ou heterogeneidade, o que demanda o esforço de articular teoria com observações empíricas, de modo a buscar apreender o fenômeno da pluralidade familiar em suas manifestações particulares.

A pluralidade com que a família se mostra atualmente pode ser compreendida pelas mudanças econômicas, sociais, demográficas e culturais ocorridas no Brasil no final do século passado, que contribuíram para a visibilidade dos “novos” arranjos familiares, dentre eles a família chefiada por mulheres, estudada principalmente por meio de abordagens como a dos estudos populacionais.

Todavia, pouco se conhece sobre as mulheres escolarizadas chefes de família, em função das análises populacionais, sociológicas e históricas privilegiarem arranjos familiares em contextos de pobreza e miséria, como fizeram as estudiosas Carmem Barroso (1978), Mary Garcia Castro (1982), Eni de Mesquita Sâmara (2002b), Maria Luíza Marcílio (1993), Ângela Mendes de Almeida (2007) e Mariza Correa (1987).

A contribuição destes trabalhos ajuda a entender que a dinâmica cultural constitui uma importante possibilidade para compreender as mudanças que se processaram, ao longo da história, na família brasileira. No presente estudo, procuro levantar algumas singularidades da família chefiada por mulheres, bem como verificar sua ocorrência em setores da sociedade não marcados pela pobreza, em que essa modalidade de arranjo familiar parece ser mais resultado de uma condição de estilo de vida do que decorrente de situações de pobreza e miséria, tidas como desagregadoras do arranjo familiar de tipo nuclear.

O destaque por arranjos familiares chefiados por mulheres que tiveram acesso à escolarização superior justifica-se por duas razões fundamentais: o crescimento

significativo do número de famílias chefiadas por mulheres na região Centro-Oeste e a crescente participação das mulheres nas instituições de ensino, seja como professoras, seja como estudantes ou pesquisadoras, elementos que sinalizam mudanças de perspectivas de vida significativas para o grupo observado, principalmente no que se refere à independência afetiva, social, econômica e política.

Meu interesse pela temática da chefia feminina iniciou-se em meados de 2003, momento em que me aproximei das discussões e leituras sobre a família brasileira, notadamente o arranjo familiar chefiado por mulheres. Esse interesse se definiu no contexto da disciplina Estudos Populacionais, que cursei como aluna especial no Mestrado em Sociologia da UFG.

Na atividade final desta disciplina, elaborei um texto próximo ao trabalho de Berquó (2002), atualizando os dados e trazendo inquietações relativas ao grupo observado, como, por exemplo, por que se crê que mulheres que comandam seus lares e suas crianças são necessariamente pobres e vivem em condições de extrema pobreza?

Quando finalizei a disciplina, preocupe-me em conhecer mais sobre as mulheres chefes de família. Queria reunir informações, ler a respeito e, assim, iniciei um trabalho em torno desta temática. Como parte desse trabalho, ingressei na Especialização em História Cultural da UFG e, numa perspectiva historiográfica, desenvolvi uma monografia sobre a família monoparental feminina na região Centro-Oeste no final do século XX e início do século XXI, ressaltando o ingresso da mulher no mundo do trabalho. É a opção por esse objeto de estudo e reflexão, somada a minha trajetória como mulher, que me acompanham e me instigam a dar andamento a esta pesquisa.

As explicações das causas mais comuns para o aparecimento desse arranjo familiar na sociedade moderna – mulheres chefes de família –, situando o grupo como marginalizado socialmente, não me satisfazem totalmente. Acredito que existam outras situações e reflexões que possam ser trazidas para o debate sobre as mulheres chefes de família e que contribuam para ampliar as análises sobre universos femininos, subjetividades femininas ou feminilidades locais.

O meu interesse é, portanto, buscar compreender as mulheres chefes de família em esferas da sociedade brasileira não diretamente marcadas pela pobreza e pela miséria econômica convencionadas em pesquisas acadêmicas de prestígio. Dessa forma, mesmo sendo a universidade o *locus* de pesquisa, local por onde circula o conhecimento científico, não pude deixar de observar que essa condição – universitária – não assegura uma total exclusão da condição feminina, não afasta do meu universo pesquisado os problemas sociais, como a subordinação a qualquer condicionamento social, a discriminação e a desigualdade.

Assim, pretendo contestar os estudos que vêm colocando as mulheres chefe de família como sendo predominantemente pobres, não escolarizadas, negras, e apresentar outras possibilidades de análise de novos comportamentos e sensibilidades femininas, decorrentes da experiência de conduzir a vida familiar sem a presença de um companheiro, seja o marido convencional, oficial, seja o parceiro de outras formas de união.

Para compreender mulheres chefes de família de contextos universitários ou acadêmicos, identifiquei o que motivou essas mulheres a optarem por viver sem companheiros; procurei ouvi-las sobre a organização da vida cotidiana e sobre seus dilemas. Além disso, pretendi analisar qual o modelo de família orientador de suas ações.

Sem dúvida, a proposta de pesquisa aqui apresentada constitui-se de diferentes desafios:

Primeiro porque não foi possível realizar uma etnografia no sentido clássico do termo, quer dizer, não foi possível observar o grupo de mulheres em sua vida cotidiana, cuidando de seus filhos, visitando parentes ou amigos/as, saindo para o lazer etc. Em todas as abordagens feitas, nenhuma delas “franqueou” minha presença no seu universo doméstico, seu lugar de moradia e nos lugares em que circulavam fora do circuito universidade/creche. A principal alegação era de falta de tempo para me receber em suas casas. Assim, só pude ter alcance a esses universos por meio dos relatos e descrições feitos no decorrer das entrevistas.

Segundo porque o objeto de estudo escolhido – família chefiada por mulheres

ocupando setores médios da sociedade – é um fenômeno que ainda carece de estudos na sociedade brasileira; logo, faltam parâmetros de comparação quanto a modelos de abordagem, de reflexões sobre as limitações de campo e, portanto, de análises mais aprofundadas sobre esse universo feminino específico.

Terceiro porque pretendo examinar esse fenômeno a partir de seus aspectos mais subjetivos, quer dizer, compreendê-lo na perspectiva do grupo de mulheres que podem ser identificadas como pertencentes a um grupo singular que caracteriza a família chefiada por mulheres. Isto implica em observar e descrever como as noções de autonomia e independência, por exemplo, são percebidas e experimentadas entre o grupo pesquisado.

Grande parte do que foi dito nas entrevistas remetia à ideia de que autonomia e independência da figura do esposo/companheiro são tidos como pontos importantes de como essas mulheres viam a situação de chefiarem suas famílias. Daí essas noções terem se tornado importantes, também, para o exercício interpretativo que realizo nesta dissertação.

Além disso, pretendo ainda compreender como a escolarização desse grupo de mulheres pode ser vista como estratégia de criação de autonomia e independência, tanto do ponto de vista financeiro quanto em outros aspectos, como o poder de escolha e de decisão em sua própria vida.

A singularidade das estudantes das universitárias chefes de família da UFG como objeto de estudo científico reside, *a priori*, na especificidade de ser um grupo de mulheres pertencente à classe média (em função da existência de uma margem maior de possibilidades de escolhas – profissionais, afetivas etc – do que as das mulheres de classes mais pobres, que opta por conduzir seus lares e filhos/as sem a presença de um companheiro.

Nesse caso, faço minhas as palavras de Durham (1983, p.16) sobre o fato de que “a antropologia, entre todas as ciências sociais, é a única que está voltada diretamente para a análise das diferenças, das formas alternativas de organização da sociedade e, portanto, é aquela que nos permite, simultaneamente, vislumbrar o que é geral e perceber a infinita variedade das formações sociais concretas”. Assim, a antropologia oferece boas

ferramentas metodológicas e conceituais que ajudam a articular, por exemplo, a tensão entre a descrição e a análise.

O de mulher chefe de família que norteará este trabalho será o de uma mulher “solteira¹”, separada ou viúva, com filho(s), sem cônjuge, responsável pelo sustento material, social e moral de sua família.

A investigação envolve levantamento bibliográfico, pesquisa de campo e revisão da literatura, trabalhando tanto com dados censitários como com as entrevistas realizadas no ambiente da Universidade Federal de Goiás, nos intervalos das aulas e em outros horários previamente agendados. O método utilizado é o estudo de caso que, segundo Gil (2010, p.118), “requer a utilização de fontes documentais, entrevistas e observações”. Os instrumentos de coleta de dados são a observação participante (na creche), entrevistas, questionários fechados e abertos e anotações em caderno de campo.

Parte dos dados provém das observações realizadas durante as entrevistas, respaldadas pelo uso do diário de campo, depoimentos, conversas, que me ajudaram a compreender as especificidades (idade, religião, escolaridade, renda, número de filhos etc) das mulheres chefes de família da UFG. Todos os nomes foram preservados e, para garantir esse anonimato, as entrevistadas são identificadas apenas por suas iniciais.

Como já foi dito, apesar de várias tentativas, não obtive permissão para frequentar as casas das entrevistadas e realizar uma observação sobre sua vida particular e as formas de sociabilidade dessas chefes de família junto a seus filhos, vizinhos ou círculos de amizade. Assim, o trabalho de campo fica restrito ao ambiente universitário/acadêmico por elas frequentado, no qual também se localiza a creche da UFG, que utilizam para deixar seus filhos (as) enquanto estudam.

Foram consultados diversos textos correlacionados ao tema na *Revista Brasileira de Estudos Populacionais* (REBEP) entre 1984 a 2009 e também os últimos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹ Neste caso, solteira é aquela mulher que não está casada.

Ressalto que ainda são tímidos os estudos que abordam a mulher escolarizada chefe de família, ou seja, aquelas que estão investindo na sua formação intelectual e se encontram na escola e/ou na universidade.

A presente dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro – “*Contexto da Pesquisa com Estudantes Universitárias Chefes de Família*” –, apresento a pesquisa de campo, bem como a metodologia e o grupo pesquisado: mulheres universitárias chefes de família.

No segundo capítulo – *Família e Feminismo* – discuto os conceitos relacionados à família sobre o prisma dos estudos populacionais e das Ciências Sociais; trago a importância dos marcadores sociais (classe social, estado civil, idade e profissão) na análise do objeto e abordo as categorias “educação e trabalho” na perspectiva deste grupo. Além disso, examino as influências do movimento feminista na família brasileira.

No terceiro capítulo – *Entre o Laço e o Nó* – analiso como os valores relacionados ao amor e à individualidade são representados pelo grupo observado. Discuto o casamento e as escolhas afetivas como construções sociais negociáveis. Temas como gravidez precoce, creche/apoio social, guarda compartilhada fazem parte desta discussão.

No quarto e último capítulo – *Ser Mulher na Perspectiva das Universitárias Chefes de Família* – analiso a ideia de condição feminina concebida pelo grupo estudado.

Por fim, nas considerações finais, retomo pontos-chave da discussão e instigo novas questões na perspectiva de contribuir para futuras reflexões sobre as mulheres escolarizadas chefes de família em Goiás.

1 O CONTEXTO DA PESQUISA COM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS CHEFES DE FAMÍLIA

Os etnógrafos precisam convencer-nos [...] não apenas de que eles mesmos realmente “estiveram lá”, mas ainda [...] de que, se houéssemos estado lá, teríamos visto o que viram, sentido o que sentiram e concluído o que concluíram. (GEERTZ, 2002a, p.29)

Entre os meses de junho e novembro de 2010, realizei 18 entrevistas com estudantes universitárias de graduação e pós-graduação consideradas interlocutoras dessa pesquisa, as quais foram contatadas na Universidade Federal de Goiás e selecionadas mediante os seguintes critérios: (a) ser estudante desta instituição; (b) ser responsável pelo filho/a e (c) não possuir companheiro, independentemente de ter ou não agregados em casa.

Esses critérios foram importantíssimos porque possibilitaram um recorte diferenciado e singular na análise do grupo em estudo. Ao propor uma nova leitura sobre a estudante chefe de família numa instituição universitária, saio das perspectivas de leituras que a focaliza como um grupo pertencente às camadas mais pobres e vulneráveis à pobreza e à miséria.

Nessa perspectiva, algumas inquietações emergem, dentre elas estão questões como: “Por que é possível afirmar que a vida universitária forma novas e diferentes chefes de família entre mulheres?” “Como a vida universitária modifica os modelos de chefia familiar entre mulheres?”

A aproximação com essas mulheres – as interlocutoras pesquisadas – foi feita por meio de visitas às unidades de ensino da instituição, nas quais, me identificava como aluna do Mestrado em Antropologia Social. Ao abordá-las, expunha sobre a pesquisa que estava realizando e perguntava à aluna se ela se enquadrava nesse grupo, ou seja, se era responsável pelo seu lar e pelo seu filho/a e se não possuía companheiro.

Quando a estudante se enquadrava nos critérios apresentados, solicitava sua

permissão para realizar a entrevista. Esse trabalho foi realizado no período de cinco meses, em horários e em condições que favorecessem as entrevistadas. Para registrar as falas, usei gravador e anotações em cadernetas de campo.

É importante salientar que esta pesquisa foi realizada em duas etapas: a primeira, foi desenvolvida com um roteiro fechado e direcionado (ver apêndice), composto por 18 questões que colaboraram para sinalizar as perspectivas do grupo em relação às noções de família, casamento etc, que contribuíram para mapear e/ou caracterizar as interlocutoras observadas.

Essa primeira etapa aconteceu nas unidades acadêmicas de Letras, História, Filosofia, Ciências Sociais, Matemática, Artes e Geografia, nas quais as interlocutoras estudavam e na Creche da UFG, no momento em que deixavam seu filho/a.

Em alguns momentos a entrevista foi realizada no corredor da instituição, na ida à agência bancária e à biblioteca. Por terem pouco tempo para me atenderem, algumas respondiam ao questionário olhando o relógio, perguntando se faltava muito, alegavam que estavam atrasadas; outras diziam que tinham compromisso, então não podiam demorar. Com algumas consegui agendar entrevistas por e-mail e as que não puderam comparecer procurei em suas respectivas salas de aula.

Dessa forma, a entrevista foi respondida às pressas, as respostas eram limitadas e direcionadas às perguntas feitas. Os dados produzidos foram, de certa forma, pouco expressivos/significativos e não foram suficientes para vislumbrar as particularidades das universitárias chefes de família da UFG, o que me levou a realizar uma segunda fase de coleta de dados.

Para efetivar essa segunda etapa, convidei as entrevistadas a participarem de uma reunião, expliquei que seria uma conversa informal, voltada para algumas questões direcionadas e observadas na fase anterior. Das 18 entrevistadas na primeira fase, 16 compareceram.

Nesta segunda incursão ao campo, as anotações no caderno de campo contemplaram as observações sobre aquele grupo de mulheres que ia se constituindo, bem

como os momentos descontraídos foram relevantes e significativos por possibilitarem à pesquisadora observar particularidades (como pensam e vivem) das universitárias chefes de famílias da UFG, dentre elas, os relatos sobre como a vida acadêmica e a profissional são essenciais para sua condição feminina e como, em alguns momentos, são vistas em lugares públicos quando saem para a “balada” com outras amigas. Esses momentos aconteceram antes de ligar o gravador, antes de iniciar as anotações no caderno de campo. E isso, certamente, deixava as interlocutoras mais à vontade, descontraídas e desinibidas ao falarem de sua condição de mulher sozinha com filho/a, entre outras particularidades do universo feminino.

Os encontros aconteceram na própria instituição universitária. As reuniões gravadas foram realizadas em local público, no Centro de Conveniência do Campus Samambaia/UFG, ponto de encontro, de sociabilidade, das conversas informais e das relações de amizade. Acredito que esse espaço contribuiu para que a conversa fluísse de forma tranquila e espontânea. Optar por este espaço deu-se em função da dificuldade em ter uma aproximação com o grupo observado fora do ambiente escolar. Como já mencionado, não houve tempo suficiente para criar um laço de confiança que me permitisse observar aspectos da vida privada dessas mulheres em seus locais de moradia.

Esse espaço – Centro de Conveniência da UFG – possibilitou (des)padronizar, de certa forma, o estudo em ambiente privado, não desmerecendo essa prática etnográfica, mas na perspectiva de vislumbrar a figura feminina fora das redomas do lar e/ou da casa. A perspectiva foi mostrar que não é o local que define a coleta de material etnográfico, mas as possibilidades operacionais e teóricas da pesquisadora.

A demarcação social constitui e/ou colabora para o imaginário social dos indivíduos e, por ser o Centro de Conveniência um espaço aberto à comunidade universitária da UFG, permite que os mais variados assuntos surjam, diferentes grupos sociais se encontrem, as áreas do conhecimento se relacionem, diferentes línguas se permitam a compreensão, em decorrência da especificidade e da simbologia que o local representa. Nele encontramos uma variedade de comidas, diversas representações sociais acerca do mundo, desde o simples cafezinho ao depósito bancário. Tradicional e moderno

se mesclam na espacialidade que o constitui. Como expressa uma das entrevistadas: “a escolha deste local para conversarmos foi interessante, além de sair da formalidade, do ambiente fechado de uma sala de aula, posso comer a empadinha daqui, que por sinal é muito boa” (M, 39 anos)

Na construção deste objeto de estudo, como pesquisadora, mergulhei em diversos campos teóricos e estudos sobre a temática, buscando elucidar o que esse grupo apresenta e/ou tem de particular. Foram noites a pensar, relendo as informações oriundas da primeira visita ao campo, pesquisando, mergulhando nas leituras e, enfim, encontrei-me na encruzilhada do fazer antropológico, cujo exercício metodológico básico está em buscar, no caso desta pesquisa, transformar o que está internalizado e tido como natural em algo estranho.

Peirano (1990, p.4) salienta que “o estranhamento passa a ser não só a via pela qual se dá o confronto entre diferentes “teorias”, mas também meio de auto-reflexão”. Esse exercício metodológico – transformar o que está internalizado como natural, familiar, em algo estranho – possibilitou a elaboração de novas interpretações acerca do grupo observado e oportunizou a segunda etapa, o trabalho de campo, que foi realizado, como já mencionado, porque as questões trabalhadas na entrevista não foram suficientes para apreender as particularidades do grupo observado, como, por exemplo, suas visões em relação ao casamento e à família.

Assim, nessa segunda etapa do trabalho de campo, agora diferenciada, com algumas informações em mãos, ou melhor, analisadas, pude explorar questões que ficaram obscuras ou que não puderam ser trabalhadas no primeiro momento. Essa etapa foi, sem dúvida, a mais enriquecedora, pois não estava presa a um roteiro pré-estabelecido, mas trazia questões, palavras, frases que instigaram o grupo a buscar em seus pensamentos aquilo que não expressaram na fase anterior, evocando, em suas lembranças, os momentos que marcaram o namoro, a gravidez, a exigência do parceiro no teste de DNA, a vida a dois, a separação, enfim, momentos que trazem um emaranhado de riquezas sobre suas histórias de vida.

Ao abordar essas questões percebi que, ao falarem, as entrevistadas não

estavam preocupadas em expor suas intimidades, seu passado, mas pareciam interessadas em registrar a “arte” de serem mulheres chefes de família, de cuidarem de suas crianças sem a presença de um companheiro. Com suas falas desinibidas, foram extremamente generosas ao falarem de suas vidas particulares: o casamento desfeito, as relações sexuais que vivenciaram, os conflitos e os amores vividos. Embora com pouco tempo de convivência com o grupo observado, fui agraciada com relatos de suas histórias de vida.

Ao analisar esses relatos, resultantes das entrevistas que produziram conversas, afirmações e visões de concepção de mundo, aproximo-me daquilo que Geertz (2002b) chama de interpretações de primeira mão. As mulheres deste grupo, consideradas como “nativas”, ou seja, “o outro”, e suas falas trouxeram informações que permitiram elaborar novas interpretações da vida familiar moderna.

Essas mulheres, em sua grande maioria, informaram que são independentes financeiramente e que estão na universidade para garantir essa independência através de empregos e salários cada vez melhores. Mesmo aquelas que atualmente têm ajuda financeira de seus próprios pais ou dos pais de seus/suas filha/as disseram acreditar que os estudos universitários proporcionarão a sonhada independência financeira em suas vidas futuras.

Gostaria de retomar alguns trechos do meu diário de campo, notadamente aquelas anotações e observações feitas na fase inicial – as entrevistas – para o exercício do fazer antropológico – observação e estranhamento, como mostra o registro a seguir:

Hoje, 09 de junho de 2010, quarta-feira, duas horas da tarde, estou realizando minha primeira incursão em campo. Na tentativa de encontrar uma entrevistada, estou me apresentando a algumas mulheres que estão reunidas no hall da Faculdade de Letras/UFG. Uma delas (R), que logo irei apresentar, me indicou uma amiga (Z), que se dispôs a participar da entrevista. Após aguardar em torno de doze minutos, percebi que Z estava ao celular e tentava se esquivar da pesquisa. Continuei aguardando... Com os olhos centrados em Z, localizei-a em vários lugares, cada vez mais distante. Sem querer ser insistente, nem “obrigar” a participação, observei que a mesma fugia literalmente da entrevista. Aos poucos meu olhar não a alcançava mais. Senti-me desolada com este fato! Mas voltei à interlocutora R, 49 anos, secretária, mãe de dois filhos, que se sentou ao meu lado com toda a disposição de tempo para falar da condição de chefe de família. Aos poucos suas respostas foram além das perguntas elaboradas e contemplaram

assuntos relacionados à sexualidade, aos afazeres domésticos e a questões voltadas ao sexo. Na sua fala, observei a preocupação com a educação de seus filhos quando enfatizou que sempre mostrou a eles que a mulher não é um objeto, um brinquedo descartável, mas um ser que tem sentimentos e deve ser respeitada. Relatou o momento de sua menstruação (aos 11 anos), quando pediu a uma amiga para explicar o que era e como deveria proceder; destacou que depois de dois meses de casada seu pai veio indagar se ela sabia alguma coisa sobre sexo. Enfatizou que foi aos 21 anos de idade que realmente conheceu o sexo, a masturbação, e foi na sala do médico que se desabrochou como mulher. Essa entrevista durou em torno de uma hora e meia e fez com que R falasse dos momentos que vivenciou, das experiências passadas e das mulheres de sua família. Gravando e anotando sua fala, observei alguns detalhes, dentre eles a maneira de se vestir e falar, bem como o comentário inicial e final da entrevista.

Esse trecho do diário de campo mostra detalhes dos enfrentamentos ocorridos na fase inicial da pesquisa e evidencia também parte das falas das mulheres entrevistadas que enriquecem a pesquisa ao representarem como foram tecidas suas trajetórias de vida.

Dessa forma, a pesquisa oportunizou estabelecer um diálogo mais preciso e constante com as interlocutoras no que se refere a sua condição de responsável por sua família. Crapanzano (2005) adverte sobre a importância do diálogo no trabalho de campo, enfatizando que ele envolve relação e subjetividade, sendo uma perspectiva da concepção do outro.

O diálogo entre as entrevistadas não foi direto, para chegar a um grau de intimidade que me permitisse ouvir suas histórias afetivas e sexuais. Lancei mão de vários artifícios (palavras como casamento, vida a dois; iniciando alguns assuntos que poderiam desencadear a conversa, além e temas como gravidez, amor etc foram levantados) até chegar a esse momento. Da mesma maneira que a pesquisadora Priscila Faulhaber, também aguardei o momento em que os relatos das interlocutoras fossem pronunciados. Inspirei-me neste relato da autora:

Quando levei as fotos das máscaras a membros de grupos vicinais Ticuna, solicitei que explicassem seus significados. Muitas vezes não respondiam diretamente. Saíam para caçar ou para realizar outras atividades e só à noite, na companhia da família extensa ou em grupos reunidos nas escolas, tratavam de associar a contemplação da iconografia das máscaras a narrativas relatadas pelos anciãos na língua Ticuna. (FAULHABER, 2005, p.122)

Neste sentido, compreendo que o diálogo nas pesquisas de campo acontece quando o/a entrevistado/a se dispõe a dizer, a contar. Não basta o pesquisador/a se prontificar a ouvir; é necessária uma troca, para que o diálogo aconteça.

Quanto aos dados produzidos na pesquisa de campo junto às interlocutoras entrevistadas, delimitou-se a composição do núcleo doméstico-familiar como constituído de mãe e filho/a, com idade variável entre 19 e 53 anos. Todas são mães e não possuem companheiro. O número de filhos biológicos variando de um a cinco. Oito declaram-se brancas, sete morenas e três negras.

Na composição do grupo de interlocutoras, algumas características são recorrentes. Todas são moradoras de Goiânia, mas apresentaram heterogeneidade de origem, sendo três provenientes de Minas Gerais, uma do Rio de Janeiro, uma de Brasília, uma do Maranhão e as demais nasceram em Goiás. Verifiquei uma ampla variação quanto ao tempo de residência em Goiânia, indo de um a 36 anos, sendo que 10 possuem residência própria e oito residem em moradias alugadas.

Quanto ao grau de escolaridade, seis são graduadas, três em Letras (duas prosseguiram seus estudos na pós-graduação nesta mesma área e a outra está na pós-graduação em Sociologia); uma graduada em Veterinária (cursando doutorado em Ciência Animal); duas graduadas em Ciências Sociais (ambas cursam doutorado em Sociologia). As demais estão na graduação nas áreas de Letras, Pedagogia, Ciências Sociais, Biologia, Matemática, Artes e Geografia.

No momento em que foram entrevistadas, três não exerciam qualquer atividade remunerada. Nenhuma delas se declarou desempregada, mas estudantes, que temporariamente recebem ajuda de seus pais. Todas compartilhavam a expectativa de uma formação superior que viesse a possibilitar subsídios para uma vida melhor, um lugar seguro no mundo do trabalho.

No que concerne à realização das atividades domésticas, nove possuem diaristas quinzenalmente e intercalam os cuidados com a casa e os filhos; duas têm ajuda de

parentes próximos, como filho/a, mãe e irmã e sete realizam as tarefas domésticas sozinhas nos momentos de folga, nos fins de semana e no período noturno.

Quanto à vida profissional das entrevistadas, embora variada, reproduz o perfil próximo daquelas tidas como tradicionalmente femininas: oito são professoras (seis na esfera estadual e municipal e duas na esfera federal), uma é funcionária pública federal e uma, veterinária. Das restantes, há uma técnica em enfermagem, uma secretária, uma advogada e três autônomas (uma exercendo atividade de feirante e duas de artesãs).

Quanto à distribuição por estado civil, sete eram solteiras, dez separadas² e uma viúva. Algumas estiveram envolvidas em mais de uma relação marital, mas nenhuma teve filhos/as de diferentes homens. O tempo de duração do casamento das interlocutoras é bem diversificado, variando entre um a quatorze anos.

² Essas mulheres já foram casadas formalmente.

2 FAMÍLIA E FEMINISMO

Nem todas as transformações podem ser percebidas sem uma observação sistemática, mormente num país de vocação autoritária como o nosso. (MELLO, 1997, p.51)

Os estudos que abordam a mulher chefe de família como arranjo familiar emergem como categoria nos estudos populacionais já há algum tempo, mas somente nas últimas décadas do século XX o tema passou a ser observado por diferentes áreas do conhecimento, como a Sociologia, a História e a Antropologia, o que evidencia que esses estudos não se limitam apenas aos dados oriundos das estatísticas nacionais, mas agregam outras categorias de análise, como educação, trabalho, cultura e subjetividade.

Um desses trabalhos é o de Dolores Pereira Ribeiro Coutinho (2010), que estudou as mulheres chefes de família funcionárias da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB em Campo Grande/Mato Grosso do Sul. Neste trabalho, a pesquisadora expõe a representação que esse grupo elaborou acerca dele mesmo, trazendo informações sobre suas trajetórias de vida pessoal e familiar, sua formação intelectual, suas relações afetivas, enfim, apontando suas subjetividades. Estudos como esse tendem a se distanciar de interpretações sobre mulheres chefes de família que as situam no limiar da pobreza e da miséria.

A subjetividade é a maneira como um indivíduo expressa sua compreensão do mundo, é uma experiência interior desse mundo ideológico, de valores e costumes. No contexto contemporâneo, dada a centralização dos valores individualistas, a subjetividade passa a ser considerada cada vez mais um lugar interessante para se perceber como a vida coletiva se manifesta interiormente. No *Dicionário de Filosofia*, o termo “subjetividade” pode ter dois sentidos:

Segundo um deles, a subjetividade é a característica do ser do qual se afirma algo; segundo o outro, é a característica do ser que afirma algo. Como em “subjetivo”, portanto, a diferença de significado obedece ao fato de que num caso a relação

considerada é a relação sujeito-predicado e no outro caso é a relação sujeito cognoscente-objeto de conhecimento (MORA, 2001, p.2775)

Para Sherry B. Ortner (2007, p. 376), a subjetividade pode ser compreendida como “o conjunto de modos de percepção, afeto, pensamento, desejo, medo e assim por diante, que animam os sujeitos atuantes [...] (assim como) às formações culturais e sociais que modelam, organizam e provocam aqueles modos de afeto, pensamento, etc.”. Isso significa que a subjetividade faz parte da existência humana e constitui um importante aspecto que nos ajuda a compreender a sensibilidade e o sentimento decorrentes das influências dos contextos cultural e político.

Na realidade, procuro entender como o acesso ao mundo do trabalho, característico do capitalismo urbano, contribuiu para alterar/criar novas subjetividades femininas ou como o acesso à escolarização acadêmica contribui para alterar/criar novas subjetividades femininas no mundo do trabalho.

O discurso referente à imagem feminina, no Brasil, era respaldado e “pregado pela Igreja, ensinado por médicos e jurista, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa” (MALUF; MOTT, 1998, p. 374). Em outras palavras, a representação do comportamento feminino pregado e divulgado publicamente determinava suas funções, obrigações e restringia as mulheres ao espaço do interior da casa, além de reforçar que a felicidade só poderia ser encontrada no casamento.

Com o ritmo das mudanças ocorridas nas três primeiras décadas do século XX, sobretudo com o surgimento das cidades e a industrialização, inicia-se a ruptura da ordem social e dos costumes relacionados às funções e obrigações voltadas para a mulher. Emerge, nesse momento, a importância da educação, da instrução feminina. A imprensa e as revistas, no início do século XIX, como a *Revista Feminina*, registravam as mudanças relacionadas ao corte de cabelo, aos decotes, aos curtos, ao uso do espartilho, como também à emancipação feminina. Paralelamente a este cenário de transformações, mulheres, como Ercília Nogueira Cobra, publicam, em 1924, um ensaio que defende a liberdade sexual para as mulheres. (MALUF; MOTT, 1998)

As atividades remuneradas que as mulheres exerciam no início do século XIX eram, na maioria das vezes, realizadas na própria casa, como o trabalho das rendeiras. Após a Primeira Guerra Mundial, com o avanço do feminismo, novas profissões emergiam fora do lar, como professora, enfermeira, telefonista, secretária etc. Contudo, esperava-se que elas, mesmo exercendo atividades remuneradas, fossem boas donas de casa, zelosas dos deveres domésticos e no cuidado com os filhos. (MALUF; MOTT, 1998)

Assim, os hábitos tradicionais e os modernos mesclavam o serviço doméstico e as tarefas incorporadas ao cotidiano citadino. Para direcionar as mulheres na árdua tarefa de cuidar da casa (a lavagem das roupas, a limpeza da casa, o preparo das refeições, o conserto de roupas etc) e exercer uma atividade remunerada, era necessário organizar e distribuir o tempo da dona de casa, como ensinava o *Manual Lar Feliz*, que mostrava às mulheres como deveriam administrar seu tempo diariamente e semanalmente, e sugeria que o domingo fosse reservado ao passeio das crianças e da família (MALUF; MOTT, 1998). Essa era a representação do mundo doméstico, da domesticidade, para todas as mulheres, configurando-se, assim, como uma ideologia. Todavia, a imprensa da época não problematizou essa questão.

Mesmo com o desenvolvimento urbano e os benefícios da modernidade, como eletricidade, água encanada e outras facilidades, como os utensílios domésticos, dentre eles o fogão e a geladeira, o trabalho da dona de casa continuava árduo e interrupto, porque nem todas tinham condição de pagar e ter acesso a esses benefícios. Além disso, ser dependente economicamente do marido era considerado, pela sociedade vigente, como o “privilégio” de ter alguém que “lhe dá tudo”, conforme se constata no trecho a seguir:

Economizar, economizar, economizar... Essa é a recomendação feita às esposas em praticamente todos os números da *Revista Feminina*, no decorrer de duas décadas. [...] deveriam, portanto, saber gerenciar o dinheiro das despesas, não pedi-lo com frequência, ser comedido em suas exigências, contentando-se com a renda de que dispunham. (MALUF; MOTT, 1998, p.417)

O discurso em relação a economizar gerava mais atividade dentro do lar, porque se exigia que as esposas produzissem com suas próprias mãos tudo que fosse

possível, evitando qualquer gasto ao esposo, o que as levou a costurar a roupa de toda a família. Assim, os trabalhos manuais, como o bordado, a renda, o tricô e o crochê, foram inseridos nessa produção e, por serem valorizados economicamente, representavam uma renda, como também um momento de troca afetiva e de proximidade com amigas e vizinhas. (MALUF; MOTT, 1998)

Mesmo exercendo atividades manuais remuneradas, as mulheres não poderiam deixar de lado outras atividades prioritárias – o serviço doméstico –, nem tampouco pedir ajuda do marido para realizá-las. Assim, o marido não poderia ser solicitado ou incomodado com pedidos de ajuda; a esposa deveria deixá-lo descansar porque ele trabalhara para ganhar o sustento material de sua família. Essa realidade reforça os papéis femininos e masculinos no seio familiar, deixando invisível o trabalho doméstico prestado pelas mulheres.

Com o surgimento das grandes metrópoles brasileiras, do movimento feminista, que lutava em prol de direitos iguais, e com as transformações oriundas das mudanças no mundo do trabalho, as subjetividades femininas sofreram mudanças significativas, entre elas o poder de escolha e de tomada de decisões sobre sua escolarização. Paralelamente, a inserção na educação escolar, especialmente no nível superior, oportuniza novas perspectivas na vida das mulheres, sobretudo daquelas que comandam seus lares e, assim, modificam velhas e criam novas subjetividades no universo feminino.

Dessa forma, novas perspectivas se sobrepõem a antigas, de modo que as subjetividades femininas na modernidade transitam entre as tradições e as mudanças de comportamento, entre crenças e valores estáveis e instáveis, entre anseios e perspectivas de vida que se configuram dentro de um feixe definido de (im)possibilidades (estudada/não estudada, empregada/desempregada etc).

Assim, neste capítulo, recorro noções associadas à educação e ao trabalho presentes em alguns estudos produzidos no âmbito das Ciências Sociais, especialmente a Demografia e da Antropologia. O objetivo é verificar como essas categorias (educação e trabalho) são vislumbradas neste arranjo familiar chefiado por mulheres e como influenciam as mulheres que chefiam seus lares.

2.1 Família e Feminismo: conceitos e perspectivas

O conceito de família não tem uma definição única e acabada, mas pode ser compreendido, entre outros, pelas funções que desempenha, as quais se diferenciam em cada sociedade. Lévi-Strauss (1972) ressalta que a família é uma instituição cuja ocorrência está em toda parte e em toda sociedade, enfatizando que, como modelo ideal, a palavra “família” designa um grupo social que tem origem no matrimônio e é constituído por marido, esposa e filhos, os quais estão unidos por laços legais, direitos, obrigações, proibições e sentimentos, como respeito, medo, afeto e amor:

[...] é errado quem tentar explicar a família apenas em termos naturais de procriação, instintos maternais e sentimentos psicológicos entre o homem e a mulher, e entre pai e filhos. Nenhum deles seria suficiente para motivar a existência de uma família, e isso por uma razão muito simples: [...] o requisito absoluto para a criação de uma família é a existência prévia de duas outras famílias, uma apta a proporcionar um homem e outra uma mulher, os quais, mediante o casamento, iniciarão uma terceira e assim indefinidamente. (LÉVI-STRAUSS, 1972, p.325)

Dessa forma, a aliança formadora da família é fundadora da existência da própria sociedade, na qual se encontra uma pluralidade de famílias que possibilita a constituição de novas alianças matrimoniais, já que essas “trocas de mulheres” possibilitam a vida social baseada na reciprocidade, fundamento de toda a vida coletiva. Essa noção de troca de mulheres foi criticada pela estudiosa Gayle Rubin (1993, p.10) que ressalta que

Os sistemas de parentescos não trocam meramente mulheres. Eles trocam acessos sexuais, estatutos genealógicos, ancestrais e nomes de linhagem [...] em sistemas concretos de relações sociais. A “troca de mulheres” é uma abreviação para expressar que as relações sociais de um sistema de parentesco especificam que os homens têm certos direitos sobre suas parentes e que as mulheres não têm sobre si mesmas ou sobre seus parentes do sexo masculino.

Durham (1982, p. 32) enfatiza que, nos últimos anos do século XX, tem-se produzido um número significativo de pesquisas nos estudos de família. Na tentativa de direcionar e contribuir com esta problemática conceitual, a autora distingue o conceito de

família, o sistema de parentesco, o grupo doméstico e a unidade familiar:

Famílias são grupos sociais estruturados através de relações de afinidade, descendência e consanguinidade que se constituem como unidades de reprodução humana. O parentesco diz respeito ao modo mais amplo de ordenação das relações de afinidade, descendência e consanguinidade que regulam as relações entre famílias e determinam as formas de herança e sucessão. Sendo unidades de reprodução, as famílias se constituem, pelo menos parcialmente, como grupos domésticos e residenciais. Entretanto, não só esses grupos podem ampliar-se para incluir pessoas que não são, *strictu sensu*, membros da família, mas inclusive podem constituir-se como grupos não familiares.

Para esta autora, o termo família é definido como uma instituição que se caracteriza como um grupo social concreto, com regras e padrões estabelecidos social e culturalmente. Assim, são suscetíveis a mudanças que têm um importante papel na organização da vida social. Isso demonstra que o conceito de família é dinâmico e responde ao modelo de organização social vigente. Em outras palavras, a família se configura numa diversidade de arranjos e formas, considerando a diversidade de formas sociais e culturais da sociedade brasileira. Atualmente, a instituição familiar se modificou dos moldes do mundo rural. Dentre as mudanças observadas, podem-se destacar o papéis sexuais e de gênero femininos e masculinos.

Na busca por entender melhor a natureza da família, as estudiosas Collier; Rosaldo; Yanagisako (1997) fazem severas críticas aos pensadores, notadamente os funcionalistas do século XIX, dentre eles, Malinowski³, que deixaram um legado sócio-cultural para a antropologia: a família nuclear como universal e que associava à mulher o papel biológico de cuidar do filho/a, ou seja, antes de tudo ela era mãe. As autoras rompem com este legado, argumentam que ele tem provocado algumas lacunas que impossibilitam reconhecer a mulher como um agente transformador de costumes e padrões de vida. E ainda mostram que a família é produto de várias formas sociais, que diferem em ordens sociais diferentes.

³ As lentes deste pensador sobre a família “nativa” eram sua visão da família britânica burguesa.

No que tange aos estudos populacionais ou à demografia, o termo família possui uma variedade de construções conceituais que variam consideravelmente de um censo demográfico para o outro. No Brasil, somente a partir do 4º recenseamento, em 1920, que aparecem de forma sistemática conceitos relativos à família e ao domicílio particular.

Constitui família, formando um domicílio particular, a pessoa que vive só e sobre si, em habitação ou parte da habitação, ou certo número de pessoas, que, por parentesco, subordinação, hospedagem ou qualquer outra dependência, vivem em economia comum no mesmo domicílio, sob o poder, a direção ou a proteção de um chefe, locatário ou dono de toda ou de parte da habitação. (OLIVEIRA; SOBOIA; COBO, 2002, p. 8)

Os conceitos de família e domicílio particular são vistos, neste caso, como sinônimos, o que está incorreto, pois são categorias diferentes. O primeiro refere-se a um determinado grupo social ligado por laços de parentesco, enquanto o segundo diz respeito à estrutura física/moradia/abrigo para as eventuais pessoas que ali residem. Entretanto a equivalência na terminologia em relação à família utilizada pelo Censo, ainda permanece – às vezes como agrupamento doméstico, unidade doméstica, domicílio, arranjo domiciliar e familiar, o que pode gerar certa confusão.

Nos censos demográficos e nas pesquisas nacionais de amostra de domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, o grupo de pessoas que reside em uma determinada coabitação é chamado de “domicílio” e os núcleos familiares, de “famílias.” (MEDEIROS; OSORIO, 2000, p. 68)

Assim, nem sempre os membros de uma família coabitam no mesmo domicílio e, ao mesmo tempo, nem sempre coabitantes de um mesmo domicílio são membros de uma mesma família. Podem estar separados espacialmente, porém continuam mantendo contato, como, por exemplo, as famílias que possuem parentes no exterior – filho, marido ou esposa – que mandam recursos para seus familiares que permaneceram em suas regiões de origem e mantêm vínculos afetivos e familiares renovados por encontros esporádicos, conversas por telefone ou internet, entre outros. Do mesmo modo, namorados das mães e namoradas dos

pais de filhos separados, por exemplo, são entes familiares avulsos, mas que, paulatinamente, coabitam ou ajudam a construir novos arranjos familiares.

O que se quer sublinhar, todavia, é o fato de que em todo arranjo familiar há uma pessoa responsável por ele, ou seja, um chefe, que quase sempre ficou centralizado na figura masculina – o homem provedor, responsável pela esposa e filhos/as.

Para Medeiros; Osório . (2000, p.72),

[...] as principais mudanças ocorridas entre 1978 e 1998 na distribuição dos diferentes tipos de arranjo consistem na diminuição do peso relativo do modelo de arranjos domiciliares cujo núcleo é um casal, e no aumento do peso dos outros tipos de arranjo, em especial os com núcleos constituídos por mulheres.

Para esses autores, as transformações ocorridas nas últimas décadas do século XX, como a queda da fecundidade, a legalização do divórcio e as mudanças relativas a valores como dependência e autonomia femininas, foram decisivas para alterar o quadro dos arranjos familiares no Brasil, sobretudo no que diz respeito ao tamanho da família (número reduzido de filhos) e ao crescimento do número de mulheres responsáveis por seus lares.

Essa realidade, decorrente, em muitos aspectos, dos processos de industrialização e urbanização ocorridos na sociedade brasileira ao longo do século XX, instituiu práticas, concepções e hábitos novos na vida em família, alcançando tanto os homens como as mulheres. Por sua vez, esses novos comportamentos e concepções vêm aos poucos produzindo rupturas com padrões anteriormente vigentes e, ao mesmo tempo, provocando a emergência de novos valores.

São esses processos que articulam práticas sociais, concepções e sentidos culturais que considero serem também geradores de novas sensibilidades tanto para as mulheres quanto para os homens, alterando as antigas relações conjugais e criando alternativas para a família se constituir a partir de novas formas sociais, como as famílias chefiadas por mulheres escolarizadas, mais especificamente em níveis superiores de ensino.

Dentre as análises realizadas acerca da família pelas Ciências Sociais e áreas afins, como a História, há aquelas que a explicam segundo suas funções específicas como organismo social (ENGELS, 1991), meio de socialização das crianças (ARIÉS, 2006) e responsável pela divisão social e sexual do trabalho. (DURKHEIM, 1983)

Essa diversidade de abordagens leva à compreensão de que a família, enquanto instituição social, não possui um conceito fechado, definido, mas difere em cada situação, em cada contexto e em cada período histórico.

Nas últimas décadas do século XX, as Ciências Sociais e a História incorporaram um tratamento específico à família, que deixou de ser vista apenas como uma instituição voltada para a reprodução biológica, o controle sexual e os laços de parentesco, e passou a agregar um conjunto de novas preocupações, como a socialização e a educação das crianças (ARIÉS, 2006). Esta perspectiva esclarece que a família se configura como uma instituição social que sofreu mudanças no decorrer dos tempos, as quais, por sua vez, alteraram comportamentos, atitudes e cuidados, sobretudo em relação às crianças e aos modos de subjetivação do feminino.

No Brasil, a família patriarcal, que constituiu por décadas a referência de organização da família brasileira, passa a ser contestada e criticada por estudiosas como Eni de Mesquita Sâmara (2002a), Maria Luiza Marcílio (1993), Ângela Mendes de Almeida (2007) e Mariza Corrêa (1987).

No caso da cidade de São Paulo, entre meados do século XVIII e início do XIX, 78,4% de todos os grupos domésticos eram formados por uma única família. Dominavam, nas casas paulistas, um número médio de pessoas por cada casa pequeno, entre 1 (um) e 4 (quatro) elementos na maioria dos casos. (MARCÍLIO, 2000, p. 96-97)

Em seus trabalhos, as autoras citadas evidenciam que desde o período colonial existiam no Brasil outras formas de arranjos familiares, como, por exemplo, o monoparental feminino, as famílias oriundas de relações consideradas ilícitas, por meio do concubinato, as famílias constituídas por solteiros, as relações filiais entre avós e netos, não

se restringindo apenas ao predomínio da família extensa de traços patriarcais, como demonstrou Gilberto Freyre (1999).

Nesse sentido, os “novos” arranjos familiares, como o monoparental feminino, apesar de estarem presentes desde o período colonial brasileiro (SÂMARA, 1989; CORRÊA, 1987), ganham destaque e visibilidade no mundo moderno, e passam a constituir um objeto de análise dos estudiosos/as da área.

Os estudos de Eni Mesquita Sâmara (1989), dedicados à sociedade paulista do século XIX, mostraram uma multiplicidade de organizações familiares nessa região, sendo um terço dos chefes de domicílio do sexo feminino. Segundo Sâmara (2002b, p.73), “as mulheres exerciam atividades econômicas fora do âmbito doméstico e as solteiras com prole natural chefiavam suas famílias”. Isso evidencia que a chefia feminina não é recente, mas estava presente desde o período colonial.

No tocante aos estudos populacionais que abordam a mulher como chefe de família, destaco a reflexão de Carmem Barroso (1978), que situa as mulheres das camadas mais pobres da população como um grupo marginalizado socialmente. Seu estudo traz dados da década de 1970, período que apresentou um elevado número de mulheres nessas condições.

Dentre os fatores apontados para esse crescimento, essa autora levanta como indicador “um aumento efetivo da ruptura das relações conjugais” (BARROSO, 1978, p. 460), mas contesta-o no decorrer das discussões, pois neste período o divórcio não havia sido institucionalizado e o desquite significava altos custos processuais. Para ela, “a maioria [das desquitadas], contudo, é constituída de mulheres separadas ou abandonadas pelos maridos, sem contar com nenhum auxílio financeiro do pai de seus filhos, que não teria condições de fazê-lo, mesmo que desejasse.” (BARROSO, 1978, p. 465)

Outro trabalho que merece atenção é o realizado por Mary Garcia Castro (1982), que mostra que a condição de mulher chefe de família não é uma prática da liberação feminina, de escolha ou desejo, mas resultado das dificuldades econômicas oriundas das despesas familiares, o que contribuía para que o marido/pai abandonasse a

família e, em alguns casos, a mulher decidisse pela separação. Mas, ainda segundo (CASTRO, 1982, p. 498), essas mulheres “reclamam a falta do pai-marido [...]”

Esse estudo permite relativizar que, mesmo com as exigências sociais, no contexto moderno, baseadas nos valores de independência e autonomia feminina, a necessidade ou a presença do homem no seio familiar, quer por questões de aparência social, quer econômica ou outra qualquer, ainda é, mesmo que velada, almejada por algumas mulheres como será possível constatar no presente estudo.

Woortmann (2002) salienta que o arranjo familiar diz respeito a situações conjunturais, que estão sujeitas a mudanças, dependendo da situação e do contexto. Para ilustrar essa perspectiva, o autor dialoga com vários estudos, muitos dos quais já citados nesta pesquisa, e mostra como a monoparentalidade se ajusta melhor a grupos domésticos que à família. Woortmann (2002) destaca que a chefia feminina, verificada no campesinato, não se configura como autonomia da mulher, mas se faz necessária pela viuvez e, em raros casos, pela separação em função da presença marcante do modelo patriarcal nas relações e experiências da população rural brasileira.

Já no âmbito urbano, a chefia feminina pode não ser resultante somente da separação ou da viuvez, porque perpassa outros fatores, como, por exemplo, a possibilidade de escolha de querer ficar só, sem um companheiro, como verificado nos dados oriundos da pesquisa de campo deste trabalho.

Assim, no contexto brasileiro, existem diferentes configurações de chefia feminina, reforçando a diversidade de arranjos e formas sociais e culturais. Essa realidade altera de forma significativa a imagem ou a identidade da mulher chefe de família elaborada por grande parte dos estudos sobre a chefia feminina que insistem em apontar uma homogeneidade em torno deste grupo, situando-o com uniforme e predominantemente mais pobre.

Inúmeros são os fatores que colaboraram para transformar a família brasileira, dentre eles as transformações econômicas, sociais, políticas, culturais, a migração, a modernização, a urbanização e sobretudo as mudanças no mundo do trabalho.

Esses contextos de transformações desenharam conjuntos de mudanças significativas na sociedade brasileira, afetando também a estrutura da família que, como mostrado antes, já não apresentava características homogêneas desde o período colonial. Essas mudanças fizeram com que a família se tornasse cada vez mais heterogênea e diferenciada. Isso pode ser verificado quando se analisa a queda da taxa da fecundidade, apontando para um número reduzido de filhos/as, diferentemente do contexto tradicional, em que a família era extensa e numerosa. Hoje, em função da dedicação aos estudos e à carreira profissional, a maioria das famílias planeja ter um número menor de filhos/as.

Junto a essas mudanças que afetaram a família brasileira, considero pertinente discutir teoricamente as transformações relacionadas ao mundo do trabalho. Essas transformações (subproletarização do trabalho, desemprego estrutural, novas formas de organização da produção), marcadas pelas novas exigências da sociedade capitalista, que se configuram pelos baixos salários e pelo desemprego, fizeram com que inúmeras famílias ingressarem suas crianças, jovens e mulheres no mercado de trabalho, com a finalidade de aumentarem seus rendimentos e atenderem suas necessidades básicas. Esse novo contexto se refletiu nos papéis nos interiores dos lares, fragmentando aquelas atividades que antes eram realizadas pelas mulheres entre os demais membros da família.

Essas mudanças que o mundo do trabalho provocou podem ser compreendidas pela mundialização do capital (globalização), que é caracterizada pelo uso intensivo das novas tecnologias, das novas formas de organização do trabalho, pelos altos índices de desemprego, por uma economia mundial controlada, pela redução do poder aquisitivo do trabalhador etc, que alteraram a organização familiar, proporcionando o aparecimento de novos vínculos familiares, que deram visibilidade aos novos arranjos continuamente.

Há de se considerar que é impossível dissociar desta discussão o movimento feminista, que impactou a vida social, política e cultural da mulher brasileira, além de contribuir para mudanças na subjetividade feminina ao realçar elementos como disputa de poder, reflexões sobre a maternidade e busca de igualdade de direitos.

2.2 O Impacto do Feminismo na Instituição Familiar

Na perspectiva de sinalizar as mudanças concernentes à subjetividade feminina, considero pertinente analisar teoricamente o movimento feminista, que denunciou as desigualdades e a opressão sofrida pelas mulheres, propondo desconstruções no âmbito das ciências e da vida social.

No Ocidente, o feminismo, como movimento ou prática social e política, dividiu-se em três ondas. A primeira, compreendeu o final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial; a segunda correspondeu ao período iniciado na década de 1960 até o fim da década de 1980 e a última ocorreu em meados de 1990. Todas incidiram e contribuíram para pensar e pôr em discussão a opressão feminina e, ao mesmo tempo, propor alternativas para a libertação dessa situação e mudanças, ainda que parciais, nas condições sociais das mulheres.

O movimento feminista não se caracteriza como um movimento homogêneo nem possui um discurso definido e acabado, mas partilha de oposições representativas dentro do próprio corpo social, pois a mulher, enquanto sujeito do feminismo, “não é compreendida em termos estáveis e permanentes” (BUTLER, 2003, p.18). Isso significa compreender como a representação da categoria mulher é “produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação” (Idem, p.19).

Essa heterogeneidade interna colaborou para legitimar o próprio movimento feminista, não se limitando apenas em ser um movimento que “pensava igual”, que ensaiava os mesmos desejos e desafios, mas pensava a partir de várias perspectivas e articulava propostas diferenciadas em torno da categoria mulher. Entretanto, a noção de igualdade social entre homem e mulher foi um elemento compartilhado pela maioria dos grupos feministas.

Para Franchetto; Cavalcanti; Heilborn (1980), o feminismo é um movimento social recente e singular, que se propagou em todos os lugares do globo por tratar de questões e temas atuais. Contudo, interpretam este movimento social como um

desdobramento do individualismo, ou seja, “essa noção de igualdade como valor faz parte de um sistema de representações que se denomina individualismo”. (FRANCHETTO; CAVALCANTI; HEILBORN, 1980, p. 34). Assim, o feminismo caminha para a individualização da mulher, assunto que será discutido no próximo capítulo.

O trabalho destas autoras mostra a existência de delimitações, diferenças e singularidades inerentes ao movimento feminista, mas ajuda a compreender que, mesmo permeado por conflitos conceituais sobre o sujeito do discurso – a mulher – o movimento compartilha de um elemento essencial, qual seja, a reivindicação dos mesmos direitos para homens e mulheres, tais como igualdade de direito jurídico e moral.

Para Schmidt (2004, p.17), este movimento pode ser entendido, “[...] em primeiro lugar, como uma arena, depois, como um campo teórico, uma prática interpretativa e, por fim, como um lugar político”. Dessa forma, o feminismo alterou ou impactou diversos setores da vida social, não se limitando apenas àqueles relacionados à mulher, mas alargou-se nas diversas instituições, como a econômica, a política e a familiar.

Em outras palavras, este movimento nasceu marcado por discursos dos mais variados lugares, bem como pela disputa de poder de diferentes campos de saber – político, acadêmico – e essa perspectiva discursiva dos variados setores que propiciaram o nascimento do feminismo refletiu na instituição política, momento em que os movimentos populares formados por mulheres buscavam mudanças, quer sobre o discurso dominante patriarcal e masculino quer em busca de encontrar seus filhos desaparecidos do âmbito social. Assim, um movimento de tamanha envergadura não pode se limitar apenas aos anseios exclusivamente femininos, mas sua magnitude altera os outros patamares da vida social.

Gonçalves (2007, p. 6) ressalta que o movimento feminista buscou a igualdade de direitos para as mulheres em todas as instâncias da vida social.

O feminismo, independentemente de suas distinções ou filiações teóricas, tende a ser considerado como o movimento de lutas coletivas de mulheres que buscam igualdade de direitos - sociais, políticos, econômicos etc – em todos os planos de existência.

Segundo Gonçalves (2007), a igualdade de direitos constituía a bandeira do feminismo, que tentava articular e pôr em prática a igualdade de gênero. O feminismo impactou todas as áreas da vida social e suscitou, no campo acadêmico, especialmente no das Ciências Sociais, discussões, reflexões e estudos de temas como sexualidade e gênero. (RAGO, 1998; COSTA, 1998)

Ao dialogar com o feminismo ficam evidentes tensões, questionamentos e diferenças internas dentro do próprio movimento, o que permitiu operacionalizar conceitos e reformular categorias, bem como observar mudanças relacionadas aos espaços sociais públicos e privados.

Esses espaços, que se configuravam como distintos, foram construídos socialmente. No mundo tradicional-patriarcal, eles eram marcados por fronteiras, ou seja, eram separados, legitimados e aceitos pelos grupos sociais daquela época. O privado – a casa – era reservado às mulheres, com comportamentos definidos e atividades restritas, ou seja, o interior das casas “é um santuário em que o estranho nunca penetra” (DA MATTA, 1997, p.51). O espaço público – a rua – destinava-se aos homens, por ser considerado um local perigoso, marcado pelo poder e ordenador da vida social.

Hoje, com as mudanças ocorridas ao longo dos tempos, esses espaços sociais – a casa e a rua – sofreram mudanças significativas e não se restringem ao homem e à mulher, mas a ambos, não sendo vistos necessariamente separados, mas interligados. Desse modo, suas espacialidades se complementam e são ajustadas diariamente, de acordo com as necessidades impostas pelas mudanças sociais.

Essas mudanças ocorridas com as transformações capitalistas nas esferas do público e do privado representam alterações significativas na família brasileira, primeiro porque, com o ingresso e a permanência da mulher no mercado de trabalho, os papéis dentro dos lares foram modificados, como, por exemplo, a função das atividades domésticas, que até tempos atrás era dever exclusivo das mulheres, passa a ser compartilhada por todos os membros da família. Segundo, porque há uma invasão do

espaço da casa e uma projeção do privado, da privacidade, por meio de reality *shows*, telefones celulares, programas televisivos (como novelas, seriados, propagandas), internet (e-mails, Messenger) que por meio de suas telas, permitem a virtualização das pessoas e ocupa um importante papel na comunicação pessoal e de massa. Assim, não há fronteiras entre esses dois conceitos – público e privado –, ou seja, rompe-se, por meios de janelas, a separação dessas categorias, bem como do real e o virtual. Do mesmo modo

A imagem da janela como intermediação entre a ordem do público e do privado aparece de maneira impactante em “*O Homem das multidões*”, de Edgar Allan Poe. Por trás da vidraça de um café, na Londres oitocentista, o narrador convalescente observa a correria de tipos urbanos na busca diária atrás de dinheiro. Nessa perspectiva, igualam-se caixeiros, pequenos funcionários, prostitutas, agiotas, ladrões de todas as espécies. O único motivo que, a princípio, leva estas multidões às ruas é a busca da sobrevivência na cidade moderna. (DEALTRY, 2007, p. 189. *Apud*: POE, 1988)

Essa metáfora da figura na janela mostra que esses espaços ou esses territórios estão interligados, conectados, expandidos na realidade social, o que, por sua vez, propicia alterações importantes na subjetividade feminina, pois a mulher, além de ocupar outros lugares – a rua, a escola, a empresa, a fábrica – passa a ter contato com outro mundo (real ou virtual) que não se resume àquele de sua casa, como era provavelmente vivido o cotidiano de suas antepassadas. Ela se depara com um novo contexto sociocultural, promovido pelos novos códigos da vida privada. Sobre esta questão Chauí (1991, p.61) alerta que “trata-se do apelo à intimidade, à personalidade, à vida privada como suporte a ser determinados e definidos pelos códigos da vida privada, abolindo-se a diferença entre o espaço público e espaço privado”. Desse modo outras relações sociais e outros conjuntos de valores emergem nos novos horizontes que se abrem diante da figura feminina. Simultaneamente, altera-se a maneira como são percebidas socialmente.

Na nova ordem social, a mulher está deixando de ser vista pela ótica da desigualdade (subordinação, discriminação, opressão sexual etc) e paulatinamente como sujeito político, histórico, ético, subjetivo. Se elas estão passando a ser vistas como agentes importantes da chamada esfera pública da vida em sociedade, é provável que também que estejam se vendo como menos submissas e menos oprimidas em relação ao homem e ao

mercado de trabalho capitalista.

Assim, nos dias atuais, as identidades femininas tendem a ser construídas em outras bases, tais como a igualdade de direitos econômicos, sexuais e políticos; novos valores vão ocupando o lugar dos velhos hábitos de reclusão doméstica e de atividades determinadas pelo *pater familias*, em sua forma exemplar. Por sua vez, novas subjetividades, como as chefes de família de nível superior, passam a emergir no universo feminino, mesmo que incipientes e marcadas por conflitos e tensões, mas vem reafirmar os papéis político e social das mulheres na atualidade.

Assim, ao trazer o movimento feminista para este estudo, busquei localizar as modificações que esse movimento oportunizou nessas novas estruturas familiares, contribuindo para a saída da mulher do espaço privado para o público, ao reivindicar “a condição de sujeito de seu próprio corpo, buscando um espaço próprio de atuação profissional e política” (GOLDENBERG, 2006) e realçar a contribuição deste movimento para novos padrões e experiências da maternidade que se configura atualmente pelo uso de métodos contraceptivos e pela escolha de ter ou não filhos/as. (SCAVONE, 2001)

Para compreender como o movimento feminista alargou os horizontes femininos, discuto a seguir a família chefiada por mulheres, enfatizando suas particularidades e apresentando a realidade concernente a este grupo.

2.3 Famílias Comandadas por Mulheres

A família chefiada por mulheres se caracteriza como uma instituição que tem à frente uma figura feminina, responsável pela manutenção da unidade doméstica e pela educação e formação dos filhos. Nessa família, podem conviver mãe, filhos/as e/ou agregados, todavia sem a presença de uma figura masculina no convívio do grupo familiar. A origem de sua expansão e/ou crescimento decorre, principalmente, da viuvez, do divórcio e da separação.

Com uma vasta produção nos estudos populacionais, a família chefiada por

mulheres é observada e analisada de forma homogênea, sempre a associando a condições de pobreza e miséria, talvez pela situação que ocupam ao suprir sozinho o sustento material de sua família. Mas, há de se considerar que o grupo por mim observado na Universidade Federal de Goiás possui outros marcadores sociais. Além de serem chefes de família, são mulheres que pertencem à classe média, apresentam as mais variadas ocupações profissionais (professoras, veterinárias, advogadas etc), uma diversidade em relação à crença religiosa (católicas, espíritas, protestantes) e faixa etária concentrada entre 19 e 53 anos.

Além disso, nos últimos anos elas têm investido em sua formação intelectual para assegurarem um lugar no mundo do trabalho, como também possibilidades de autonomia econômica, social e pessoal. São essas singularidades que diferenciam o grupo que estudo e me permitem distanciar daqueles que, quase sempre, constituem o centro dos estudos acerca das mulheres chefes de família.

A terminologia aqui utilizada em relação à classe social apóia-se nos estudos realizados por Macedo (2008), que versam sobre as mulheres chefes de família em Salvador. Além da inquietação em relação a essa homogeneização atribuída por grande parte dos estudos, a autora apresenta uma breve discussão e mostra a dificuldade teórica em analisar grupos que se encontram em outros estratos sociais, ou seja, que não ocupam um lugar definido no processo de produção, assim “[...] as classes sociais podem ser definidas como um conjunto de agentes sociais determinantes, principalmente, mas não exclusivamente por seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera econômica.” (MACEDO, 2008. *Apud*: POULANTZAS, 1978, p.13)

Esse conceito de classe social ajuda a pensar a respeito das classes médias e mostra que “na sociedade capitalista a determinação estrutural da classe é simultaneamente construída pelo econômico e pelo político-ideológico” (MACEDO, 2008, p.43). Ideologia aqui é entendida como um conjunto de ideias e valores comuns em uma sociedade. (DUMONT, 2000)

Em outras palavras, para pensar na estratificação de diferentes classes sociais deve-se considerar essa dupla dimensão: política e ideológica, o que nos instiga a

questionar os estudos que analisam a categoria “classe social” da “chefia feminina” somente pela ótica econômica/renda e velam as outras dimensões objetivas e subjetivas, como as que envolvem as atividades intelectuais de nível superior dessas mulheres que respondem por seus lares.

Neste sentido, considerar os marcadores sociais como idade, etnia, ocupação profissional, escolaridade etc, que se configuram como categorias articuladas à identidade feminina, ajudam a pensar sobre o crescimento e a qualidade significativos desse arranjo familiar chefiado por mulheres na sociedade brasileira. Estas questões sobre os marcadores sociais serão contempladas e discutidas nos capítulos seguintes.

Segundo dados provenientes do Censo de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a chefia feminina continua crescendo no país: de 13,0% em 1970, 15,6% em 1980 para 20,5% em 1991, em 24,9% em 2000 e 34,9% em 2010. Na região Centro-Oeste, esse número, em 1980, atingiu 13,17%, 16,95% em 1991, em 1996 correspondia a 19,98%, em 2000 representou 24,2%; em 2006 atingiu 26,7% e para 2010 os dados oficiais referentes a esta região certamente serão outros.

O crescimento deste arranjo familiar chefiado por mulheres não se limita apenas a uma região do país, abrangendo todas as regiões brasileiras, independente do grau de desenvolvimento local. Esta família caracteriza-se como uma família na maioria das vezes urbana, porque na cidade a mulher tem mais possibilidades de ter acesso a um emprego e nele permanecer, o que na zona rural não aconteceria, em função dos trabalhos, especialmente os remunerados, serem limitados e quase sempre destinados aos homens.

Todavia, mesmo tendo essa possibilidade de emprego remunerado, a mulher trabalha muito tempo em algo que não é reconhecido pelo mercado de trabalho, que, por sua vez, explora a mão de obra barata, e por isso mesmo não cria as condições necessárias para a sua independência. Segundo dados do IBGE, 91,4% das famílias chefiadas por mulheres estão localizadas em cidades, enquanto apenas 8,6% estão dentro dos limites rurais.

Outro fator considerável é que a mulher no mundo atual não tem como

preocupação única o casamento e, a partir dele, a criação de filhos/as. Hoje, ela tem outras metas e projetos para sua vida, que estão voltados para sua formação educacional e profissional (MACEDO, 2008). Este fator ou esta possibilidade de escolha altera consideravelmente a posição da mulher em relação à união conjugal, ao seu ingresso e a sua permanência no mundo do trabalho. Fatores verificados nas entrevistas realizadas com as discentes da UFG, quando destacaram a preocupação em continuarem seus estudos e enfatizaram aspectos da realização pessoal e profissional, conforme mostro a seguir.

Pretendo dar continuidade aos meus estudos porque gosto de estudar, quero fazer uma pós-graduação e me consolidar profissionalmente, criar meu filho, viajar, aprender outros idiomas. E para conseguir alcançar esses objetivos tenho que dar continuidade aos meus estudos, me capacitar. (H, 36 anos)

Pretendo finalizar o doutorado e planejar, quem sabe, numa nova relação afetiva, o segundo filho. Acho que até lá a situação financeira estará melhor, estarei com a minha profissão mais consolidada, enfim, uma situação independente. (C, 26 anos)

Por ser um arranjo familiar predominantemente urbano, há de se considerar que, no contexto atual, altamente competitivo, que exige qualificação e especialização, o indivíduo ressignifica seus hábitos e costumes permanentemente. Sua subjetividade se manifesta através de novas expressões e valores, emergindo daí, por exemplo, um novo significado em relação à educação, que até pouco tempo não era uma preocupação feminina, uma vez que a posição das mulheres na sociedade brasileira estava condicionada preponderantemente às regras da submissão, da obediência e do casamento socialmente instituído, ou seja, o casamento definido em função dos interesses da família patriarcal.

Dessa forma, depreende-se que a vida interior dessas mulheres era marcada por sentimentos e comportamentos que reforçavam o papel de mãe e esposa “devotada”, delimitando um horizonte de poucas opções se comparado às opções que o mercado de trabalho atual abre para as mulheres. Hoje, principalmente nas regiões urbanas brasileiras, muitas mulheres vêm rompendo com os padrões instituídos no mundo rural ou de padrões convencionais de subjetivação.

Com a industrialização e a urbanização forjando o aparecimento de um extenso mercado de trabalho, novas possibilidades se abriram para as mulheres. Ou melhor, elas foram “chamadas” a ingressar nesse mercado, o que vem provocando mudanças significativas na estrutura da vida familiar e, conseqüentemente, na vida das mulheres. Seu ingresso no mercado de trabalho e seu investimento em educação contribuíram para ampliar seu conjunto de valores, dentre eles as escolhas individuais, que orientam seus comportamentos, de modo que novos sentimentos e orientações se colocam à disposição das mulheres.

2.4 O Que Dizem as Entrevistadas

Para dar início às reflexões que as categorias educação e trabalho permitem refletir acerca do objeto em análise, trago um estudo realizado pelo IBGE, que faz um balanço sobre os dados censitários entre os anos 1950 e 2000 a respeito de mulher chefe de família no Brasil. O interessante nesse estudo é a caracterização deste arranjo em relação à idade, à ausência de cônjuge, bem como observar as diversas regiões do país que retratam seu crescimento.

Sobre a variável faixa etária, o estudo do IBGE mostra que, apesar das variações, ainda prevalecem, entre as responsáveis pelos domicílios, aquelas com 60 anos ou mais, ou seja, as separadas e/ou viúvas. São mulheres que se casaram, tiveram filhos, netos e, mesmo estando na “terceira idade”, continuam à frente de suas famílias como mantenedoras do sustento material de suas famílias. Esse dado não pôde ser confirmado na pesquisa de campo, pois a faixa etária do grupo observado varia entre 19 e 53 anos.

Em relação à ausência do cônjuge, o IBGE mostra que essa característica é recorrente a vários fatores, dentre eles a separação, o divórcio e a viuvez. Essa ausência caracteriza uma precariedade em relação às condições de vida como moradia, rendimento, e tantos outros. Os dados desta pesquisa sugerem que essa precariedade poderia ser explicada pela ausência do cônjuge, ou seja, se o companheiro estivesse presente, esse grupo familiar, teria garantia de melhores condições de sustento.

Ao refletir sobre essa perspectiva – ausência do cônjuge –, a maioria das entrevistadas afirma que, se tivesse um companheiro para ajudar financeiramente, seria melhor, mas argumentam que agregado a essa ajuda era necessário o compartilhar de tarefas e a criação dos filhos, como se lê a seguir:

Se eu tivesse um companheiro para ajudar nas despesas, no setor financeiro, seria bom, mas teria que dividir as responsabilidades entre as atividades domésticas, o cuidado com o filho (banho, alimentação, escovação), as reuniões escolares, a ida ao médico, os cuidados especiais etc. (K, 32 anos)

Esse discurso indica que a presença do cônjuge é importante não somente no que se refere à ajuda financeira, mas no partilhar de tarefas e obrigações da vida doméstica. Essa perspectiva sugere que a universitária chefe de família almeja um companheiro diferente daquele presente no mundo tradicional; ela busca um companheiro com quem divida não apenas as despesas, mas a luta diária, as derrotas, os cuidados com os filhos e as tarefas domésticas, o que reforça a perspectiva de que a educação, no caso a universitária, tem grande impacto nas escolhas de vida dessas mulheres, pois perpassa critérios e negociações.

Essa mudança em relação ao companheiro pode ser compreendida como decorrente de novas concepções que a mulher cria e compartilha no mundo moderno, relativamente às novas modalidades de vida conjugal, afetiva ou familiar que ela, impulsionada por vários processos e movimentos, entre eles o educativo, tem ajudado a construir. Assim, ela se prepara para um vestibular, insiste por várias vezes na realização de um concurso público, em alguns momentos priva-se de muitas atividades sociais para economizar e, quando ingressa na universidade, abstém-se de diversas ações, dentre elas o trabalho (por ser de tempo integral) e o lazer (pela falta de tempo), para ter um curso superior.

Paralelamente, no âmbito acadêmico, a mulher se envolve nas mais diversificadas aulas teóricas, se predispõe a uma dedicação quase que exclusiva aos estudos, afastando-se bastante de familiares, amigos e parentes. Tudo isso altera, muda,

reelabora seu pensamento, cultiva uma tenacidade crítica, possibilita um aperfeiçoamento pessoal, amplia o repertório cultural acerca do mundo. Dessa forma, hoje é possível “desejar”, entre tantas coisas, não somente um casamento, mas uma vida conjugal baseada em negociações, respeito e direitos iguais.

É importante salientar que a educação sinaliza perspectivas de melhoria de vida. Ela constitui um dos meios pelos quais as consciências individuais são despertadas para pensar, promover mudanças afetivas e intervir criticamente na vida social, contribuindo para sua autonomia profissional e pessoal nas mais variadas escolhas, reelaborando e criando novos valores. Isso demonstra que a educação reflete, altera, muda o modo de vida, as relações, os comportamentos, ou seja, “seu conjunto forma o ser social.” (DURKHEIM, 1983, p. 42)

O acesso à educação entre as mulheres chefes de família teve um crescimento significativo na Região Centro-Oeste, como mostram os dados do Censo de 2000, no que se refere aos anos de estudo, ou seja, ao tempo de escolaridade das mulheres chefes de família: 17,0 % não possuem instrução ou têm menos de um ano de estudo; 16,7% possuem de um a três anos de escolaridade; 13,7% possuem quatro anos de estudos; possuem de cinco a sete anos estão 14% ; 12,7% têm entre oito e 10 anos de estudos; 11 a 14 anos; e 7,8% têm 15 anos ou mais. Os dados oriundos do último Censo (2010) não foram divulgados oficialmente, por este motivo não foram contemplados.

Esses dados do Censo 2000 sinalizam que as mulheres que chefiam seus lares, na região Centro-Oeste, onde minha pesquisa está sendo realizada, estão ocupando as instituições de ensino, investindo em sua formação e capacitação profissional, tendo em vista assegurar um lugar no mercado de trabalho e necessariamente o sustento de sua família.

Nesta perspectiva o aumento de anos de escolarização constitui um importante fator que possibilita a inserção das mulheres no mercado de trabalho e proporciona o aumento da renda, além de deixar menos chances de permanecerem desempregadas.

O IBGE (2002, p.19) salienta que “há consenso entre os especialistas em

desenvolvimento de que a educação é fundamental para a redução das disparidades sociais e econômicas”. Concordando com essa análise, reafirmo que a educação, principalmente a de nível superior, é um dos elementos fundamentais para reduzir as diferenças sociais e econômicas das mulheres na contemporaneidade, uma educação voltada para atender as exigências do mundo do trabalho competitivo, que exige cada vez mais capacitação e formação. Desta forma, “o nível de instrução dos responsáveis pelo domicílio, principalmente para aqueles do sexo feminino, é determinante para avaliar o bem-estar de seus dependentes.” (IBGE, 2002, p.18)

2.5. As Mulheres e o Mundo do Trabalho

Discutir a temática “mulher e mundo do trabalho”, nesta dissertação, constitui uma importante reflexão para pensar as mulheres universitárias chefes de família. Primeiro, o ingresso da mulher no mundo do trabalho constituiu um marco e oportunizou mudanças na família brasileira, desde aquelas relacionadas aos papéis na provisão econômica, como a dupla jornada de trabalho que a mulher passa a assumir, como também à busca pela autonomia financeira, afetiva, intelectual e pessoal.

Segundo porque quando verifico nos dados censitários “como”, “em quê” e “onde” essas mulheres exercem suas ocupacionais profissionais, percebo que ocupam atividades terceirizadas, com baixa remuneração e grande parte das vezes conciliam o trabalho com o cuidado com os filhos e o lar. Todavia, essa realidade não foi observada na pesquisa de campo, pois a maioria das universitárias entrevistadas ocupa atividades diversificadas (professoras, advogada, veterinária, funcionária pública) e a renda varia entre três e dez salários mínimos⁴.

Terceiro porque, ao dialogar com os estudiosos da Sociologia do Trabalho, percebo como a presença feminina concentra-se no setor de serviços, marcado pela segregação ocupacional, pelas habilidades no relacionamento humano e pela flexibilidade

⁴ Correspondente a R\$ 510,00.

como força de trabalho, o que gera o aumento e a intensificação da jornada de trabalho e sobretudo a segregação ocupacional no mundo globalizado.

É importante salientar que as transformações políticas e econômicas ocorridas nas últimas décadas do século XX, no mundo do trabalho, redefiniram o padrão de absorção/incorporação da força trabalhadora. O que se constata nessa primeira década do século XXI no Brasil é o aumento do emprego, inclusive daquele com carteira assinada, portanto, regulamentado. Isto não significa que os problemas sociais no mundo do trabalho mudaram substancialmente, mas houve uma reconfiguração, que se processou pela redução dos trabalhadores/as que se estruturavam por meio de empregos formais, o que favoreceu o crescimento do setor de serviços, da terceirização, das ocupações informais, de uma nova divisão sexual do trabalho etc. Tais alterações manifestaram-se no interior das famílias, levando seus membros a ocuparem atividades precárias, sem nenhum vínculo empregatício e com baixos rendimentos.

Esse novo cenário no mundo do trabalho foi decorrente do avanço tecnológico (robótica, automação, microeletrônica), de novos processos de produção e padrões de consumo. Como consequência destes processos, a presença feminina no mercado de trabalho tornou-se mais frequente na contemporaneidade, o que implica uma reconfiguração da divisão sexual do trabalho.

Antunes (2006, p.54) ressalta que,

Além da desproletarização relativa do trabalho industrial, da incorporação do trabalho feminino, da subproletarização do trabalho, através do trabalho parcial, temporário, tem-se outra variante deste múltiplo quadro, decorrente da expansão do setor de serviços.

Conforme o exposto, a exploração do trabalho feminino tem sido verificada, sobretudo, nos trabalhos precários, ou seja, fundados em trabalho intensivo (repetitivo, nível mais intensificado de exploração do trabalho). Em contrapartida, as atividades baseadas em capital intensivo (dotada de desenvolvimento tecnológico e máquinas

avançadas) são preenchidas pelo trabalho masculino.

Cattani (1996, p.30) enfatiza que as transformações econômicas contemporâneas alteram as formas de inserção na esfera produtiva e, quanto à segmentação do mercado de trabalho, menciona que as novas tecnologias

e as novas formas de gestão mudam em profundidade os quadros de trabalho, as identidades e as relações profissionais, ampliando as desigualdades. De um lado, definem-se grupos minoritários, com garantias contratuais, estabilidade, planos de carreiras, bons salários, etc. De outro, massas correntes de subempregados, de profissões desqualificadas, desprestigiadas e mal-remuneradas..

Nesse sentido, o mundo do trabalho se apresenta contraditório e desigual: enquanto uns permanecem sem emprego, outros se caracterizam pela estabilidade e pelos bons salários, reforçando assim a ideia capitalista que transforma o emprego num privilégio, acessível a um número cada vez menor de pessoas.

Neste contexto, uma das palavras de ordem é a flexibilidade, ou seja, tudo no mundo do trabalho deve ser flexível. E quando se trata de emprego, essa palavra toma outra “roupagem”, pois se opõe à rigidez, como sinônimo de capacidade de adaptação e maleabilidade.

Esta realidade – maleabilidade, adaptação, empregos atípicos – que emanam do viés da flexibilidade contribuiu para a presença feminina na esfera pública, quer ocupando posições de mando nas organizações, quer como as principais “atrizes” da sociedade de consumo.

Por outro lado, a mulher permanece como a principal responsável pelos afazeres domésticos e com o cuidado com os filhos/as, o que representa uma sobrecarga. Em outras palavras, a sua inserção no meio público não a libertou dos papéis tradicionais a ela destinados desde há muito, apenas agregou, somou, aumentando de forma considerável o seu tempo destinado ao trabalho. Essa realidade pôde ser constatada na pesquisa de campo, como demonstra a fala de uma interlocutora:

Além dos estudos e do trabalho, me desdobro nas atividades domésticas, realizo-as à noite, no final de semana e nos intervalos do almoço. Só assim para conseguir organizar tudo. Aliado às atividades cuido do meu filho. Muitas vezes esqueço-me de cuidar de mim mesma. (Y, 45 anos)

Além disso, a presença de filhos/as, associada ao ciclo de vida das trabalhadoras, à sua posição no grupo familiar, à necessidade de prover o sustento do lar, são fatores que estão sempre presentes nas decisões das mulheres ao ingressarem ou permanecerem no mercado de trabalho. Essa perspectiva será discutida e fundamentada no capítulo seguinte, quando trago a fala das interlocutoras em relação à criação dos filhos, à guarda compartilhada e à rede de apoio.

No Brasil, mesmo atingindo um maior nível educacional (mediado pelo diploma e pela experiência), o que garante acesso, êxito no mundo trabalhista e, sobretudo, autonomia na direção de suas vidas, as mulheres continuam em desvantagem em termos salariais em relação aos homens, legitimando a problemática da divisão entre os sexos no mundo do trabalho. (ANTUNES, 2006)

Se a educação cria ou permite possibilidades de melhoria é de se esperar que os salários femininos correspondessem aos níveis educacionais mais elevados. No entanto, isso não ocorre em função dos padrões culturais que evidenciam os papéis masculinos em detrimento dos papéis sociais femininos.

Os dados obtidos na pesquisa de campo reforçam a realidade ocupacional. Dentre as entrevistadas, uma é veterinária, seis são professoras (cinco na esfera estadual e municipal; uma na esfera federal) e uma funcionária pública federal. Das restantes, uma técnica em enfermagem, uma secretária, uma advogada e três autônomas (exercendo atividades de feirante e artesã). Isso significa que onze das interlocutoras ocupam atividades tradicionalmente desempenhadas por mulheres.

A renda familiar foi outro parâmetro observado entre as entrevistadas, variando entre três a dez salários mínimos. Esse rendimento, segundo as interlocutoras, é proveniente de seus empregos. Apenas uma mencionou que agrega ao seu salário a renda de dois aluguéis. E, no caso daquelas cuja profissão é estudante, todo o rendimento provém da

ajuda dos pais. Nenhuma informou que agrega sua renda a uma pensão do ex-marido/companheiro.

Estas são apenas algumas, entre muitas outras questões, que sinalizam para as atuais transformações em andamento no mundo do trabalho feminino e que possivelmente vêm repercutindo numa reconfiguração da identidade profissional das mulheres universitárias chefes de família.

Toda discussão aqui apresentada sobre a mulher escolarizada chefe de família mostra como a educação é um importante fator de possibilidade para ingressar e permanecer no mundo do trabalho e como ela contribui para mudanças na subjetividade, criando e recriando novos valores, como a autonomia e a independência femininas.

Por certo a educação sinaliza contribuições nos traços de subjetivação do universo feminino, e as mulheres têm retomado ou investido em sua formação intelectual, reelaborando ou criando novos valores, o que permite que essas mulheres chefes de família reorganizem suas vidas, expressem suas experiências afetivas e escolham o caminho que pretendem seguir.

3 ENTRE O LAÇO E O NÓ

[...] Então o amor e a amizade são isso...
Não prendem, não escravizam, não apertam, não sufocam.
Porque quando vira nó, já deixou de ser um laço!
(*O laço e o abraço*, Mário Quintana)

Neste capítulo, discuto como os valores relacionados à subjetividade, ao amor, ao casamento e à independência econômica são representados pelo grupo de estudantes universitárias chefes de família da UFG. Para nuançar a discussão, analiso a matriz de família conjugal social e culturalmente construída pela sociedade brasileira e verifico como e de que maneira esse modelo familiar orienta as ações das universitárias chefes de família e como é concebida pelo grupo estudado.

A matriz de família conjugal brasileira, construída cultural e socialmente, compreende a família nuclear, formada pelo pai, pela mãe e pelos filhos/as. Esse modelo de família, largamente verificado na sociedade ocidental, terminou por naturalizar os papéis e identidades atribuídas a homens e mulheres. Ao homem, foram destinados o cuidado e o sustento material de sua família; a ele foram reservados os espaços públicos – a rua. À mulher, o papel de esposa, mãe, reservada ao mundo doméstico e privado, voltado para a criação dos filhos e o zelo com a casa e o marido.

Este modelo de família perdurou no Brasil por muitas décadas, mas o final da década de 1960 e o início da década de 1970 constituem um importante “marco nas transformações dos papéis femininos e masculinos na sociedade brasileira” (GOLDENBERG, 2006, p.2). Por essa época inicia-se uma vasta produção acadêmica sobre a questão de gênero, começam a repercutir na sociedade brasileira as reivindicações do movimento feminista, com ênfase no questionamento da divisão tradicional dos papéis sociais.

A mulher, nesse contexto, passou a assumir novos espaços no mundo público, ocupando não apenas atividades profissionais, mas adentrando o cenário político. Inúmeras mudanças se processaram, dentre elas o direito ao voto e a legislação trabalhista de

proteção ao trabalho feminino. Arelado a esse momento, o crescimento da produção teórica sobre a condição feminina, não apenas na academia, mas nas revistas femininas, as quais até então tinham como conteúdo a culinária, a costura, a arte e a beleza e passam a enfatizar “a busca de auto-realização, do engajamento político e profissional da mulher brasileira.” (GOLDENBERG, 2006, p.4)

Nesse contexto, novas formas de família se apresentam e passam a fazer parte da realidade brasileira, contribuindo para uma maior visibilidade acerca dos discursos normativos, sobretudo aqueles voltados para as relações conjugais e familiares, o que permite, com base na compreensão das transformações no plano de valores como autonomia, subjetividade e independência, compreender a família constituída por mulher e filhos/as.

Para compreender os novos arranjos familiares que se apresentam hoje, de forma inovadora, por contraporem, negarem e romperem com a matriz da família nuclear, construída ao longo do tempo, busco compreender alterações expressas em valores como autonomia e independência, que aparecem no horizonte feminino, inclusive como dados subjetivos, mostrando como as mulheres se posicionam social e culturalmente fora do modelo familiar tradicional.

Nesse sentido, entendo que, a partir do momento que a mulher ingressa no mundo do trabalho, uma ruptura irreversível com os antigos papéis femininos começa a tomar forma, já que esses papéis eram exercidos no âmbito doméstico – portanto privado – e, no mercado de trabalho aberto às mulheres, elas são convocadas a ocuparem posições cada vez mais públicas.

Esse deslocamento do espaço privado para o público e o que isso significa em termos da emergência de novos padrões comportamentais por certo cria inúmeras possibilidades de ampliação das relações afetivas, que incidem sobretudo nas concepções sobre o casamento e a família.

A escolha do laço matrimonial, no mundo tradicional, não era decisão da mulher, mas da família à qual pertencia. Em Goiás, as escolhas matrimoniais eram mais

que uma simples união conjugal, pois representavam um elo de poder e de prestígio social (RIBEIRO, 1998; NUNES, 2001).

Além disso, algumas mulheres conciliam a vida familiar com suas atividades profissionais e pessoais, alterando significativamente o conceito de família, que passa a agregar áreas articuladas da vida social, como, por exemplo, o trabalho e a educação, como mostra uma das interlocutoras:

Depois do parto pensei em trancar minha matrícula para cuidar da minha filha. Mas conclui que trancar não seria a solução. Então, fui conciliando o trabalho, a faculdade e a criação da minha filha. Trabalhei por um bom tempo como manicure para não parar de estudar. (L, 23 anos)

Na atualidade, a afetividade e o amor são noções importantes na constituição da subjetividade de homens e mulheres. São noções que passaram a fazer parte do universo de valores que regem as regras dos casamentos e dos arranjos familiares. São formas importantes de os indivíduos se relacionarem entre si e de pertencerem ao mundo.

Até meados da década de 1960, estudiosos de família apontam que no Brasil e em Goiás o “amor” baseado na escolha individual não existia nas relações conjugais, que eram construídas por intermédio das famílias, através dos tradicionais arranjos matrimoniais. Atualmente, as relações conjugais exigem muito mais que parcerias familiares, exigem companheirismo, afetividade e direitos iguais. “A conjugalidade encerra, assim, uma realidade supra-individual e move-se em termos de um contrato, não necessariamente consciente, que chancela uma dependência recíproca entre os parceiros.” (HEILBORN, 1993, p.15)

Essa orientação foi observada no trabalho de campo, quando as interlocutoras enfatizam que a vida a dois não se resume apenas à ajuda financeira, mas também à criação dos filhos e ao partilhar das tarefas domésticas, o que sugere que novas expectativas aparecem na relação conjugal: espera-se que a vida diária seja orientada e conduzida por ações recíprocas e mútuas, não limitando apenas à mulher o exercício dos cuidados com os filhos, mas pela troca de papéis e atribuições no âmbito doméstico.

Assim, o amor ocupa um lugar secundário, pois, para o grupo observado, outras questões são consideradas antes desta categoria, dentre elas a conquista profissional e a formação educacional, como mostro a seguir:

O amor? É importante, mas não se configura como o alicerce único de uma vida a dois, mas como um dos elementos para estruturar a relação. Porque na relação conjugal/amorosa, não basta apenas amar, é preciso respeitar, quando digo respeitar não me limito apenas àquele relacionado à fidelidade, mas se estende ao respeito daquilo que cada um gosta, luta e deseja. Não dá pra estabelecer uma relação a dois apenas satisfazendo os gostos e desejos do meu companheiro... É impossível! É necessário que ambas as partes respeitem seus limites, suas escolhas e compreendam aquilo que é importante, prioritário para cada um. Desde os gostos musicais, como a escolha em trabalhar, estudar etc. (E, 37 anos)

Mas, o que é o amor? Como se define amor no contexto cultural do ocidente moderno? Para subsidiar essa questão, dialogo com o texto intitulado *Romeu e Julieta e a Origem do Estado*, pois reporta como a noção de amor é pensada e é representada no mundo moderno.

Para fundamentar essas indagações, Viveiros de Castro e Benzaquen de Araújo (1977) partem para explicá-lo como um sentimento individual que se caracteriza e se manifesta socialmente. Para tal análise, os autores lançam mão da obra *Romeu e Julieta* e mostram como a noção de indivíduo é valorizada na sociedade moderna. É como se esse indivíduo agisse independentemente das regras que organizam a vida em sociedade.

A noção de amor elaborada no texto em questão define uma condição particular das relações entre indivíduo e sociedade, estando subordinada a uma imagem básica da cultural ocidental – a do indivíduo liberto dos laços sociais, não mais derivando sua realidade dos grupos a que pertença, mas em relação direta com um cosmos composto de indivíduos, onde as relações sociais valorizadas são relações interindividuais. O amor [...] é visto como uma relação entre indivíduos, no sentido de seres despidos de qualquer referencia ao mundo social, e mesmo contra este mundo. (VIVEIROS DE CASTRO; ARAÚJO, 1977, p. 131)

Esta análise é interessante para mostrar que noções como as de individualidade e de amor não são naturais, mas construções históricas que surgiram nas sociedades

ocidentais em razão das transformações que nelas vêm ocorrendo a partir principalmente do Renascimento e de todas as suas rupturas com o chamado Antigo Regime.

A concepção de amor, nesta perspectiva, está voltada para o indivíduo como categoria central da sociedade. Desse ponto de vista, o indivíduo se sobrepõe ao coletivo, ao social. Para entender esta concepção, o trabalho de Luis Dumont (2000) sobre o individualismo na sociedade ocidental será fundamental em minha análise.

Uma das mais inquietantes transformações por que passou o mundo nos últimos séculos é a que se refere ao surgimento do individualismo⁵ moderno, uma noção básica da ideologia da modernidade, que traz mudanças significativas no que diz respeito à ideia de autonomia e independência que utilizo para explicar as transformações na subjetividade feminina.

Para Dumont (2000), o individualismo moderno, embora tenha nascido do holismo tradicional, dele se distanciou nos tempos modernos. O holismo é característico das sociedades tradicionais, como a sociedade de castas indiana, pela existência de uma estrutura hierárquica na qual o indivíduo é subordinado ao valor da totalidade hierarquizada. Nesse modelo, o “homem existe apenas como função de um todo que, mais que ‘social’, é cosmológico, hierarquizado.” (VIVEIROS DE CASTRO; ARAÚJO, 1977, p.140)

No modelo moderno, a sociedade desenvolveu a ideologia do individualismo, que é tornado um de seus valores básicos. É pensar o indivíduo como valor, é pensar na sociedade ocidental “com domínios autônomos, com lógicas próprias, fundado na existência do valor indivíduo [...] e medida de todas as coisas” (VIVEIROS DE CASTRO; ARAÚJO, 1977, p.140). Nessa subjetividade é o desejo privado, percebido como interior, que vai prevalecer sobre o da família, que perde o poder de escolher o parceiro afetivo nas alianças matrimoniais.

⁵ O significado do termo individualismo, segundo o dicionário *Aurélio*, trata-se da existência individual, do sentimento ou da conduta egocêntrica.

Mas, como incorporar o componente afetivo na análise das relações sociais, indagaram Viveiros de Castro e Benzaquen de Araújo. Esse mesmo questionamento se fez presente no meu trabalho de campo, quando nas falas das interlocutoras o desejo de terminar seus estudos, a dedicação à carreira e à criação dos filhos ocupavam um lugar central, o que sugere que o amor, enquanto sentimento e categoria social, manifesta-se e ocupa um lugar secundário em suas vidas. Ele aparece articulado à estabilidade financeira, às negociações e à parceria na “vida a dois”.

É assim que a categoria amor está sendo construída no contexto moderno. A escolha individual está na base do casamento da família atual, contudo esse também está sendo questionando. Essa realidade foi verificada no trabalho de campo, quando as interlocutoras manifestam que a vida a dois/casamento deve ser compartilhado, as atividades devem ser negociadas e divididas, tanto aquela direcionada ao âmbito doméstico como ao cuidado com o filho/a. Isso reforça como o amor, enquanto categoria social faz parte da configuração da subjetividade individualista, e essa forma individualizada do amor se manifesta e remete a ideia de afeto que mantêm o vínculo e reforça a ideia de família no contexto moderno.

Assim,

O casamento fundado na concepção moderna de amor singular, eterno e dirigido a um indivíduo único e insubstituível, que povoa o imaginário social romântico e burguês do período de ouro da modernidade, parece ter ficado para trás. Nas circunstâncias históricas atuais, a noção de eternidade das relações e dos sentimentos foi abalada e isso se manifesta no fato de que lá onde o indivíduo encontra maior estabilidade e segurança, casamentos e famílias passaram a desfazer-se e refazer-se continuamente (VAITSMAN, 1994, p.35)

Essa realidade foi observada na fala de uma das entrevistadas ao falar das mulheres de sua família:

Sem dúvida a representação em torno do casamento foi alterada: na década de 1970 minha tia largou tudo (trabalho e família) para casar. Meses e meses dedicando ao preparativo da festa, tudo girava em torno da cerimônia, da lua de mel, dos agrados ao marido. Mas, com o passar dos anos ela foi surpreendida com um filho, de nove

anos, que ele teve fora do casamento. Essa decepção amorosa a transformou, fez com que ela revisse vários conceitos e hoje ela não pensa em uma nova relação conjugal e nem tampouco uma relação afetiva duradora. Mas viaja, faz cursos de dança, passou a cuidar mais dela mesma. (I, 27 anos)

A fala desta interlocutora demonstra que, por muito tempo, no Brasil, algumas mulheres estiveram fadadas ao marido, almejavam um amor eterno e romântico. Hoje, as relações afetivas são efêmeras, passageiras e são abaladas por outras categorias que perpassam pela nova conjuntura da divisão sexual do trabalho e pelas escolhas entre os parceiros.

3.1 Família e Subjetividade

Ao compreender as mudanças e transformações em relação à categoria amor apontadas pelos autores Viveiros de Castro e Araújo, que afetaram de forma significativa a subjetividade feminina, o trabalho desenvolvido por Gilberto Velho é fundamental na minha análise.

Velho (1987, p.80) enfatiza que “a família é uma instituição fundamental no processo de socialização da subjetividade”. Isso significa que essa instituição familiar é privilegiada para lidar com a subjetividade, porque é significativa na elaboração ou construção da identidade do indivíduo, quer nas relações estabelecidas, quer na (re) elaboração dos papéis sociais, nas relações de amizade ou no convívio permeado pela tensão e pelas diferenças.

A família, além de contribuir na formação identitária do ser humano, configura-se, no mundo contemporâneo, como um grupo social marcado por uma dinâmica intensa. Esta dinâmica, oriunda de outras esferas sociais, como o mercado de trabalho, a escolarização, o feminismo etc, leva seus membros a pensarem e repensarem constantemente suas estratégias tanto na vida doméstica quanto nas relações com o grupo ao qual pertencem.

Esse dinamismo verificado nas novas configurações da família moderna se manifesta de forma mais evidente quando se verificam os valores relacionados ao casamento e ao amor no contexto contemporâneo, que “passam a ser concebidos como parte de um projeto em que a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez mais importância social.” (SARTI, 1997, p.43)

Das 18 interlocutoras entrevistadas (oito separadas, uma viúva, nove solteiras), 13 (nove solteiras e quatro separadas) responderam que desejam casar, ter um companheiro. Argumentaram que essa decisão dependeria de vários fatores, dentre eles acordos ou negociações entre as partes; além disso, nesse universo, seis pretendem ter mais filhos. Três argumentaram que gostam da relação a dois, do dividir as coisas ruins e boas; uma enfatizou que não é uma ilha para viver só, isolada; uma ressaltou a necessidade de casar-se novamente porque “pretende ter um lar estruturado, formado por pai, mãe e filhos/as”, Como relata a seguir:

Não é porque sou mãe solteira que descartei da minha vida o casamento. Pretendo me casar, ter uma família estruturada, alicerçada na confiança, no respeito, no compartilhar das ações, derrotas e desafios. Muitas colegas que se decepcionaram em suas relações afetivas temem enfrentar um novo amor. Acho errado encarar as coisas dessa forma. Quero me casar não para satisfazer a minha família, mas para ter alguém com quem compartilhar a vida. (J, 22 anos)

Isso significa que, embora essas mulheres estejam vivendo sozinhas, a maior parte delas pretende constituir uma nova relação conjugal, ter um companheiro, e continuam tendo a matriz nuclear como ideal de “vida a dois”. Contudo, enfatizam que essa opção não se restringe apenas a ter um homem ou marido para sustentar a casa, mas ter alguém para dividir as tarefas e compartilhar os problemas cotidianos.

As entrevistas apontam que as formas de se relacionar afetivamente mudaram consideravelmente no contexto moderno. As relações afetivas hoje parecem não levar em conta apenas a afetividade, o sentimento e as emoções. Elas se ampliaram, envolvendo outros fatores, aqueles de cunho econômico, educacional e aqueles que dizem respeito ao cuidado compartilhado com os filhos.

Assim, em igualdade de condições, as mulheres passaram a contribuir para a reprodução econômica do grupo familiar e reivindicam que seus esposos/companheiros passem a dividir com elas as tarefas domésticas, como o cuidado com os filhos e com a casa, como relata uma das entrevistadas:

Pretendo casar-me novamente. Mas uma relação diferente da que vivi anteriormente... Não vou me submeter a um homem que chega do trabalho e não tem maturidade suficiente para me oferecer ajuda, seja nas tarefas domésticas ou com as tarefas das crianças. Não quero mais ter um ditador que cruza os braços e nos obriga a seguir suas regras e normas. (H, 42 anos)

Este cenário que representa a vida a dois, nos dias atuais, ocorre por conta da dinamicidade, que se configura nas constantes negociações que permeiam a relação do casal e na relativa igualdade das posições do marido/companheiro e da esposa/companheira.

Se por um lado essas experiências criam instabilidade na relação e na vida do casal, por outro elas democratizam a relação e reproduzem as condições do revigoramento dos interesses individuais nas relações dentro da família. Assim, o individualismo ensaia os caminhos dos interesses coletivos.

O trabalho de Heilborn (1993) fornece elementos que nos ajudam a entender porque o individualismo faz esse caminho – dos interesses coletivos. Segundo essa autora, as mudanças que envolvem os valores relativos à família são expressivas de uma ideologia igualitarista, entre o casal, que vem ganhando espaço, contrapondo-se ao caráter tradicional da sociedade brasileira.

Mas, uma vez que o individualismo, característico da sociedade Ocidental, molda o valor simbólico igualitário, ao mesmo tempo move-se por um contrato que normatiza a dependência e o acordo entre os parceiros.

Dentro do contexto de ajudar seria ótimo ter um parceiro para dividir as coisas boas e ruins. Não dá pra carregar o mundo sozinho nas costas. Mesmo sendo uma utopia, para alguns, existem homens que atendem esse perfil, que fogem as regras e

ajudam nas tarefas domésticas, auxiliam no cuidado das crianças, discutem a relação, enfim, compartilham da luta diária de uma família. (A, 35 anos)

Heilborn (1993), ao analisar e comparar dois arranjos conjugais, um heterossexual e outro homossexual, mostra que em ambos aparece uma cultura comum alicerçada pelos valores igualitários no que se refere à identidade sexual e às relações entre os gêneros.

A presença da ideologia igualitarista na vida a dois provoca a afirmação da individualidade entre os parceiros, o que necessariamente altera a relação e os papéis familiares tradicionais, tornando-os conflituosos e negociáveis. Atualmente, as obrigações no seio familiar não estão claramente estabelecidas, a exemplo da autoridade familiar que não se centra mais somente na figura do homem, mas se estende à figura feminina no exercício da criação dos filhos e no sustento do lar.

No grupo das entrevistadas, o significado de autonomia e independência é associado às noções de liberdade e decisão, como “fazer escolhas”, “aguentar as consequências” “caminhar com suas próprias pernas” “decidir a própria vida”, como mostram os relatos a seguir.

Independência é conseguir me organizar, ter disciplina, não depender de outro. Autonomia é trabalhar de forma independente. (W, 27 anos)

Independência é conseguir cuidar da minha família com minha renda, com o meu esforço. Autonomia é uma autogestão, uma certa “liberdade” de escolhas e decisões. (I, 27 anos)

Independência significa não depender de parceiro, caminhar com as próprias pernas. E autonomia é tomar as próprias decisões. (A, 35 anos)

Segundo o *Dicionário de Filosofia* ”(MORA, 2001, p.235), o termo autonomia costuma ser empregado em dois sentidos: “no sentido ontológico [...] supõe-se que certas esferas da realidade são autônomas em relação a outras e no sentido ético afirma-se que uma lei moral é autônoma quando tem em si mesma seu fundamento e a razão própria de sua legalidade. Isso significa dizer que o indivíduo tem autonomia em relação a seus

valores que são de alguma maneira heteronômicos.

Assim, considero pertinente retomar, mesmo que sucintamente, a ideia de independência financeira a partir da responsabilidade pelo sustento material, pois até pouco tempo a família tradicional, seja a chamada patriarcal ou a nuclear urbana, era ideologicamente de responsabilidade masculina. Com as mudanças que se processaram ao longo dos tempos, embora amparadas por muita tradição, essa ideologia que atribui “ao homem o sustento material de sua família” foi desconstruída, mudada de lugar, pelo fato de que a mulher ingressou no mundo do trabalho, saiu das redomas do lar e da casa, para inserir-se em atividades no âmbito público, alterando significativamente a distribuição dos papéis no interior dos lares brasileiros.

Em contrapartida, todas as interlocutoras entrevistadas nesta pesquisa acreditam que o investimento em educação impõe-se como um importante recurso para a independência financeira feminina, pois acreditam que esse investimento abre e/ou assegura condições melhores de trabalho e renda.

É interessante observar as noções atribuídas pelas entrevistadas ao significado de autonomia e independência, os quais refletem mudanças relacionadas à posição inferior da mulher, que antes estava voltada para a submissão masculina.

Quando perguntei às entrevistadas se os valores independência e autonomia aplicam-se mais a homens ou a mulheres, obtive uma variedade de respostas. Sete interlocutoras responderam que os valores autonomia e independência se “aplicam mais a homens” “à questão cultural”; “à natureza humana”; “à autoridade”; três responderam que os valores destacados se “aplicam mais às mulheres”, por serem batalhadoras, guerreiras, vão atrás daquilo que querem; sete responderam que se “aplicam a ambos”, tanto a homens quanto a mulheres; Uma respondeu que esses valores não estão relacionados nem a homens nem a mulheres, mas estão “ligados exclusivamente à questão financeira”, como mostro a seguir.

Independência e autonomia são aplicadas para ambos, mas culturalmente o homem tem, de fato, autonomia, porque a gestão (cuidar, administrar, gerir, zelar) da casa

está voltada para a mulher. (I, 27 anos)

Independência e autonomia são aplicadas a ambos, mas o homem tem mais autonomia no relacionamento para tomar certas atitudes, como a separação, a traição, o abandono. (E, 37 anos)

Acho que independência e autonomia são categorias ligadas ao homem, talvez pela sua liberdade construída ao longo dos séculos. Mas, ao mesmo tempo, na hora da separação, a mulher é mais autônoma, independente, porque quase sempre o filho fica com a mãe. (B, 24 anos)

Isso nos remete à relativização em relação às posições femininas presentes nos modelos tradicional e contemporâneo de família. No primeiro, como discutido anteriormente, a mulher era a única responsável pelos serviços domésticos, não podendo pedir ajudar ao marido para realizar essas atividades; no segundo, a mulher tem outras prioridades, não ficando presa às atividades domésticas, mas com preocupações que perpassam pelos estudos e pelo trabalho. Ela reivindica distribuição igual de tarefas e de papéis com seus companheiros, como mostra a pesquisa de campo. As falas das interlocutoras ressaltam as novas sensibilidades das mulheres quando argumentam que

Quando estava casada, meu companheiro chegava do trabalho e não me ajudava a cuidar do nosso filho nem das atividades domésticas. Hoje não me submeteria a essa condição, reivindicaria a distribuição de tarefas com certeza. Acho que a vida a dois é isso... Um ajudando o outro. (Y, 45 anos)

Essas noções atribuídas à aplicabilidade dos valores referentes à autonomia e à independência sugerem que, mesmo cuidando e decidindo sozinha assuntos relativos a sua família, a mulher universitária não se submeteria a ter um companheiro apenas por aparência, almeja relacionamentos em que as partes se complementem também nas atividades domésticas nos cuidados com os filhos.

3.2 Tensões e Conflitos Recobertos

Em nossa sociedade, há uma expressiva valorização do estatuto conjugal. Assim, ser solteira, separada ou divorciada e ter filhos exige explicar ou justificar

constantemente essa condição/situação: “qual o motivo da separação?” “Você cria seu filho sozinha?” “E o pai, não ajuda financeiramente?” “Você precisa encontrar outro marido!” “Mulher com filho dificilmente consegue arrumar uma pessoa.” “Mulher com filho assusta os homens”. Essas frases são comumente ouvidas por mulheres em várias situações e contextos sociais.

Para entender melhor esta condição no quadro das interlocutoras entrevistadas, mostro a seguir trechos das respostas gravadas que mostram as razões que contribuíram para que as interlocutoras entrevistadas se tornassem chefes de família:

O que contribuiu para me tornar chefe de família foi a minha separação. Separei-me com um ano de casada e grávida de dois meses. Casei-me com dezesseis anos, virgem. Não conhecia nada sobre sexo, fui literalmente violentada na primeira noite, meu companheiro não me acariciou, apenas fez tudo por instinto. Meu hímen não rompeu na noite de núpcias, o que o deixou “encucado”, achando que não era mais moça. (R, 49 anos)

Essa pequena narrativa é construída a partir da memória de uma das entrevistadas e reforça um mundo representado e marcado pela questão de gênero em que na esfera da intimidade o homem comanda, dita as normas e a mulher deve ser pura, virgem e pronta para lhe servir. O sentimento expresso em sua fala demonstra dor ao lembrar-se de sua iniciação sexual acompanhada por um homem com quem se casou e teve o primeiro filho. Continua a narrativa:

Além disso, todas as vezes que mantínhamos relação sexual ele lavava seu pênis correndo... Perguntei por quê. Ele disse que a vagina era um lugar imundo, sujo... A separação foi resultado de muito sofrimento, além desses, a bebida provocava muito sofrimento e dor. (R, 49 anos)

Essa interlocutora mostra como o corpo feminino, especialmente a vagina, é visto como um objeto, no caso, “imundo”. Sua fala enfatiza como a mulher era inserida na relação matrimonial e mostra que as famílias não orientavam suas filhas em relação ao sexo, assunto que não fazia parte das conversas familiares nem constituía uma preocupação daquela época tradicional.

Essa realidade evidencia que, no contexto de duas gerações, as mentalidades em relação ao sexo mudaram, em função da própria dinamicidade cultural. Assuntos como sexo, igualdade de direitos, não eram contemplados e compartilhados pelas mulheres da época tradicional. No contexto atual, são temas que estão sendo despertados e discutidos nos meios de comunicação, na escola e na família e se configuram como importantes e essenciais para a construção da subjetividade feminina.

Outros aspectos da configuração de chefes de família femininas e suas subjetividades estão relacionados a suas histórias de vida ou aos modelos de liderança já oferecidos por suas próprias mães, como se pode ver a seguir:

Sou filha de pais separados. Minha mãe, chefe de família, criou três filhos com o salário de professora. Fui a primeira a sair de casa, a primeira a se casar e se separar. Vi minha mãe sendo violentada dentro de casa. A referência que tenho de família é totalmente torta... Mas tenho dois irmãos que conseguiram ser felizes. (M, 39 anos)

Mesmo sendo a separação o principal motivo para se tornar chefe de família, a interlocutora acima sugere que o próprio contexto familiar de origem foi referência e colaborou para sua condição de chefe de família, ao mesmo tempo que expressa que a separação conjugal é um fenômeno que já acontecia em gerações anteriores às das mulheres entrevistadas.

3.3 Representações acerca da Mulher Casada

Não é de estranhar, em nosso cotidiano, ouvir ou representar a figura feminina como a mulher de José, de Paulo, de Pedro. No mundo tradicional, essa representação era naturalizada entre as famílias da época. Pouco ou quase nada se conhecia sobre essa mulher, a referência era voltada para o homem. O mundo rural em Goiás, caracterizado pelo tradicionalismo patriarcal, define o lugar da mulher na sociedade goiana. Com trajes conservadores e gestos ponderados, a figura feminina aparece nos retratos de família ao lado de seu pai ou esposo.

Com um ar modesto e respeitador, é comum demonstrar zelo e comprometimento com sua família, ser educada para o cuidado da casa e do marido, aprender a costurar, a bordar, a realizar as atividades domésticas e, acima de tudo, aprender a respeitar e obedecer o companheiro. Não pretendo aqui separar os universos masculino e feminino como absolutamente diferentes, até porque não é minha proposta, busco apenas mostrar sutilmente as posições que ambos ocupavam tradicionalmente na vida social.

Nesse contexto, o casamento não era apenas uma preocupação exclusiva da mulher, mas também da família dela, uma vez que as estratégias matrimoniais eram organizadas entre grupos de interesse. Essa era a realidade da sociedade brasileira e em Goiás esses valores faziam parte da cultura local; as mulheres agiam e atuavam seguindo esse padrão social instituído culturalmente.

Além disso, basta recorrer ao Código Civil de 1916 para perceber a incapacidade jurídica atribuída à mulher casada nesse modelo tradicional, que era limitada e dependia do consentimento do seu marido para aceitar herança, tutela, exercer profissão etc. Em 2002, um novo Código Civil foi instituído e contemplava várias mudanças, dentre elas a consagração do princípio da igualdade entre homens e mulheres, notadamente, nas relações familiares; a consagração da formação da família por outros modos que não o casamento civil (como a união estável e a estrutura monoparental) e a renomeação do poder-dever dos pais sobre os filhos para “poder familiar”, exercido igualmente por qualquer um dos pais.

Essas mudanças se refletem na vida das mulheres brasileiras. Hoje, elas são conhecidas pelo nome, pela profissão que exercem, pelo papel que desempenham socialmente. A essa mudança, agregam-se valores como autonomia e independência, que passam a configurar a subjetividade feminina, possibilitando sua permanência e suas conquistas no mundo do trabalho e nos demais setores da vida social.

E quando não se tem esse homem como referência, como no caso do grupo estudado? Como é tratada ou referenciada esta mulher? Vejamos alguns trechos das entrevistas:

Não me preocupo com o que os outros dizem sobre a minha condição: mulher, separada, com filho pra criar. Antes tinha um marido (José), que para os outros era um porto seguro, que mantinha o lar e a família. Mas, o que adiantava, se eu não existia? Não tinha voz, ninguém me ouvia. (S, 41 anos)

O discurso acima expressa que ser “a mulher do José” não assegurava à interlocutora nenhuma referência, pois sua invisibilidade não lhe dava voz nem poder de decisão na relação familiar, “era como se não existisse.” (S, 41 anos)

Outra interlocutora ressalta que, quando casada, sua família e a de seu companheiro assim se referiam a ela:

Essa é a minha filha mais velha, casada; essa é a esposa do meu filho “Paulo”. Poucas vezes me apresentavam como I, mulher inteligente, batalhadora e sonhadora. Hoje, separada, me reconhecem como I, estudante da UFG, que cria três filhos fazendo pão de mel e artesanato. “Me viro” sem Paulo, sem homem algum. (I, 27 anos)

Esses termos que referenciam as falas das mulheres entrevistadas remetem ao modelo holista, caracterizado por um indivíduo que não possui existência como valor próprio, mas como “filha mais velha”, “filha casada”, “esposa do meu filho”. O que conta é a posição global do todo sobre a parte. Na concepção holista, as necessidades dos homens, como tal, são ignoradas ou subordinadas.” (DUMONT, 2000, p.14)

Outra interlocutora assim se expressa:

Ser a mulher de Pedro foi por muito tempo referência para minha família, hoje analiso que antes de ter sido mulher dele, eu tinha sonhos, aspirações que foram de certa forma, deixadas de lado para ser mãe e esposa. Hoje quando minha família se refere a mim, dizem que sou K, estudante de pós-graduação da UFG, que trabalha, que tem filhos e uma vida de muito sucesso pela frente. (K, 32 anos)

A fala acima reforça que a presença da figura masculina não representa uma segurança para as vidas dessas mulheres nem para o grupo ao qual fazem parte. O que as

torna indivíduos é a sua independência intelectual, o poder no saber, que, conseqüente, refletem-se em outros setores como o econômico e o emocional. Diferentemente do modelo tradicional, em que a presença do provedor era valorizada, a individualidade feminina torna-se mais importante.

3.4 A Família Nuclear e seu Significado

Ainda na esteira das análises acerca das transformações em curso nos arranjos familiares chefiados por mulheres, convém pensar na significação e a representação de família que constitui o imaginário do grupo observado.

Mesmo estando na condição de chefes de família, algumas mulheres pesquisadas reforçam o padrão culturalmente estabelecido em torno da família nuclear, quando a consideram como normal e aceita socialmente: “Após finalizar meus estudos, quero me casar novamente, oferecer ao meu filho uma família normal, estruturada, certinha, com pai, mãe e filho.” (C, 26 anos)

Na prática, as relações conjugais vêm se configurando em negociações e acordos, gerando uma gradativa democratização da vida doméstica. Ao mesmo tempo, as mulheres ainda idealizam o padrão culturalmente imposto, com a presença masculina, e isso significa que essa presença não precisa desaparecer para a mulher emergir com novos papéis conjugais e sociais.

Um dos possíveis caminhos que ajudam a entender essa questão é compreender a hibridação entre os universos tradicional e moderno. Essa hibridação consiste no entrelaçamento do tradicional e do moderno, por serem universos que se mesclam continuamente. Ao mesmo tempo em que são donas de suas vidas, das dezoito entrevistadas, treze delas almejam constituir uma nova família, todavia amparada pela negociação e pelo estabelecimento de divisão de tarefas no ambiente familiar. Apenas uma das interlocutoras (C, 26 anos) enfatizou a necessidade de ser uma família constituída por pai, mãe e filhos.

Heilborn (1993, p.13), ao discutir sobre os arranjos conjugais na contemporaneidade, apresenta traços expressivos de uma ideologia igualitarista na vida a dois.

Os traços pertinentes de tal ideário explicitam-se na contestação da distinção de gênero como conformadora da unidade e dinâmica conjugais, na afirmação da liberdade, para os dois sexos, do exercício da sexualidade fora dos parâmetros de relação estável, na proliferação de arranjos conjugais, na ampla aceitação do divórcio e também da maternidade voluntário fora do casamento.

Essa nova configuração dos arranjos familiares verificada nos dias atuais está presente na maior parte das falas das entrevistadas e, mesmo com a valorização da liberdade individual, o casamento não desaparece. Isso significa que os valores individualistas alteraram os padrões das relações conjugais, como, por exemplo, tendo como regra a coabitação e não a obrigatoriedade de ter filhos.

Assim, “o casal moderno estrutura-se sobre a base de um encontro psicológico singular, sedimentado na crença do sentimento amoroso, que exclui considerações alheias à sua própria existência” (HEILBORN, 1993, p. 14). Isso significa que, no cotidiano do casal moderno, há *a priori* uma forte presença da igualdade entre os gêneros e o amor aparece como balizador da relação conjugal. “A conjugalidade moderna pode ser resumida [...] como um núcleo de trocas afetivo-sexuais com uma não demarcação de papéis conjugais.” (HEILBORN, 1993, p.15)

A conjugalidade moderna exprime a preservação da autonomia individual, certa dependência entre os pares, que exige de um e do outro o cumprimento de um acordo ou contrato estabelecido.

Para Heilborn (*op. cit.*) o casal igualitário moderno depende de um investimento mútuo para manter o casamento funcionando, mesmo nos momentos de crises. A mulher, segundo ela, é a portadora “de maior dedicação ao mundo dos afetos “(*idem*, p.19), é como se fosse uma guardiã da vida do casal, aquela que cuida da relação.

Sobre as questões relacionadas ao vínculo conjugal e sua representação na vida social, Durham (1982, p.41-42) afirma que

A reprodução parece repor continuamente, em nossa sociedade, o núcleo conjugal em nova versão do antigo modelo de família. Essa persistência do núcleo conjugal apóia-se em forças ideológicas muito poderosas. Em primeiro lugar, a própria valorização da sexualidade se, de um lado, aparece como expressão do individualismo possessivo, de outro aparece como instrumento privilegiado para o estabelecimento de relações interpessoais íntimas e afetivas – nesse sentido, o vínculo conjugal (mesmo temporário) constitui a base recorrente para a construção da esfera privada da vida social. Por outro lado, a que reconhecer o peso do cientificismo na legitimação das relações sociais; o reconhecimento, pela biologia, do papel masculino na reprodução e, especialmente, da contribuição equivalente do pai e da mãe na constituição da genética dos filhos tende a validar e reforçar o reconhecimento social da paternidade. Finalmente esse reconhecimento, validado cientificamente, é postulado pelos ideais igualitários que exigem a participação tanto do homem como da mulher no processo social da reprodução humana, participação essa que o vínculo conjugal concretiza e legitima.

Nesse sentido, a busca e o reconhecimento pelo núcleo conjugal são reforçados continuamente na sociedade brasileira, com o objetivo de legitimar e validar a ideologia em torno do casamento, da vida a dois. Por este motivo, o tema aparece como um assunto privilegiado por algumas das interlocutoras do grupo observado.

A seguir apresento as especificidades inerentes ao grupo observado, bem como as particularidades das mulheres escolarizadas chefes de família.

4 SER MULHER NA PERSPECTIVA DAS UNIVERSITÁRIAS CHEFES DE FAMÍLIA

Há um outro lado dos contos de fada
Eu sou diplomada, fui contra a maré
Sou fruta madura, sou mais que sofrida
Sou doída varrida, sou mais que mulher
(*Fruta Mulher*, Nana Caymmi.)

No momento em que analiso a fala das interlocutoras aparece como um dado relevante a ideia de condição feminina, por este motivo, trago para cá essa ideia, a fim de mostrar como o grupo estudado a concebe. Assim, ser mulher chefe de família e essa condição feminina, com filho/a sem companheiro, recorrente no grupo observado, é a discussão do presente capítulo.

Estar em uma instituição universitária, segundo as interlocutoras entrevistadas, remete a autonomia, independência de relação de poder, capacidade de expressão e possibilidade de mudança de vida. Em todo o decorrer das entrevistas, as falas exprimem como essa condição de ‘universitária’ sugere mudanças significativas na responsabilidade de sua família.

Hoje ser mulher é diferente do mundo tradicional em função das mudanças que estão em processo, ou seja, estão ocorrendo no desempenho dos papéis femininos a partir da inserção da mulher no mercado de trabalho e na educação formal, como descrito nas discussões anteriores. Portanto, essa ideia construída socialmente acerca de ser mulher, pode ser verificada em relação a sua subjetividade, que anteriormente era de uma forma a percepção que ela tinha da sua posição, no âmbito social, era de inferioridade e submissão – e atualmente agrega outros valores, como autonomia e independência, que passaram a direcionar suas escolhas e decisões. Todavia, mesmo com essas novas formas, ainda se percebe uma forte presença das formas antigas, pela hibridação do tradicional e do moderno.

Por conta desta hibridação entre os mundos tradicional e moderno, a mulher, em alguns casos, ainda é representada a partir de seus papéis mais tradicionais, como seu comprometimento com a família, os filhos e o companheiro, embora outras discussões

estejam aparecendo e apontem para outra direção. Mas, neste contexto, a ideia de que é a mãe quem cuida da criança preside o universo feminino, por mais que hoje as relações conjugais sejam negociadas. (HEILBORN, 1993)

Para analisar e desenvolver este capítulo trago alguns depoimentos, que nos ajudam a entender o que é “ser mulher” na perspectiva das interlocutoras entrevistadas.

Nesse momento da pesquisa busquei registrar o que as estudantes universitárias pensavam sobre sua própria condição e identificar os argumentos que traziam para justificar suas buscas de realização através dos estudos universitários ou acadêmicos.

Quando ingressei na universidade, já tinha meus dois filhos. Tinha acabado meu relacionamento, um casamento de muitos anos, e sem dúvida foi muito difícil, mas a possibilidade de melhorar profissionalmente, como professora, me fez ver que iria conseguir. Além disso, já trabalhava desde os 16 anos, sempre tive meu dinheiro. Mas, não posso deixar de mencionar como foi difícil ser uma mulher separada com filhos. Aos poucos, fui me adaptando e vendo que esta condição não me trazia nenhuma preocupação, simplesmente porque não vivo de aparências. (Y, 45 anos)

A expressão “viver de aparências” sugere que esse tipo de relação conjugal se aplicava com mais frequência aos casamentos de conveniência, típicos do modelo tradicional de família, que em algumas regiões, como na Cidade de Goiás, as relações matrimoniais aconteciam e eram decididas pelas famílias interessadas.

Nos dias atuais, a decisão da mulher sobre o casamento começa a ser um dos aspectos em que a vontade da mulher é um fator relevante, notadamente no que se refere aos desejos e sentimentos das partes envolvidas. Essa possibilidade de decidir se configura como uma conquista, uma mudança na subjetividade feminina na contemporaneidade goiana.

Sou filha de pais separados, então a condição de ser mulher separada e chefe de família não foi algo assustador. O que me assustava de fato era abrir mão da minha carreira e em troca receber um salário pago pelo marido (que era médico) para cuidar do nosso filho e da casa. Sem dúvida, esse foi um dos maiores insultos que recebi, abandonar meus sonhos, minha vida acadêmica, minha profissão e ficar ao

lado de um homem que não me respeitava profissionalmente. (M, 39 anos)

A fala da interlocutora M mostra como a ideia de carreira profissional é relevante e como as mudanças em relação ao sentimento foram ampliadas na vida da mulher atual. Ao relatar o insulto sofrido por parte de seu companheiro em querer que ela abrisse mão de seus estudos e de seu trabalho como professora para se dedicar aos cuidados com a casa e os filhos ela sinaliza que a mulher atual ampliou seu repertório sentimental e cultural.

Assim, a decisão da entrevistada M de separar-se e dar continuidade a sua vida profissional e seus estudos, demonstra como a subjetividade feminina foi modificada em relação ao casamento, que agora é demarcado por trocas, apoio, companheirismo e pelo “par igualitário”, (HEILBORN, 1993)

Minha mãe, como mencionei anteriormente, me obrigou a trabalhar cedo, mesmo não necessitando economicamente, mas para ter autonomia e independência, não queria que eu fosse igual a ela, que dependia em tudo do marido. Era solteira quando ingressei na universidade, foi nesse período que conheci meu ex-marido. Casamos, tivemos apenas uma filha e foi por longos anos tive um casamento de sonhos até descobrir que tinha sido traída. Depois deste fato, me mudei para Goiânia, vivemos alguns anos juntos, mas a confiança não existia mais, então resolvi me separar, não dava pra continuar uma relação sem confiança e respeito. E minha condição de mulher, separada, responsável pela casa e pela filha não me traz nenhum transtorno. Mesmo tendo presenciado o afastamento de algumas amigas (casadas) do meu convívio social, mesmo sendo olhada por alguns, como um perigo (separadora de lares) para suas famílias. Encaro tudo isso, como características pertinentes ao nosso próprio sistema cultural que ditou ao longo dos anos como deveria ser o papel da mulher na sociedade brasileira. (T, 45 anos)

A fala da interlocutora T possui vários aspectos importantes que reforçam as mudanças que se processaram ao longo dos anos e possibilitaram alterações na subjetividade feminina: primeiramente, verifica-se como as novas ideias e opções comportamentais estão sendo repassadas “de dentro” das próprias famílias, porque, no caso deste relato, a mãe de T não desejava que sua filha fosse como ela (dependente e submissa) e, por este motivo, a orientou em outra direção que não a do modelo tradicional, mas desejando que ela fosse uma mulher estudada, independente, com seu próprio emprego.

Essa postura em meados dos anos de 1960 contrariava todo o padrão da época, o que sinaliza que as ideias e opções relacionadas à mulher daquele período começavam a ser modificadas, mesmo que de forma velada, em conversas entre mães e filhas.

Em seguida, pode-se observar que a entrevistada T narra que, por muito tempo, teve um “casamento de sonhos”, baseado no amor romântico, cuja base era a confiança e a fidelidade, fundamentais para o sucesso de qualquer relacionamento afetivo em todos os tempos. Além disso, sugere, no término de sua fala, a construção de um olhar crítico sobre a realidade, ao falar dos sistemas culturais, ao ressaltar que não se sente vítima de nenhuma situação constrangedora e não se intimida com o afastamento das pessoas. Isso demonstra uma evolução no modo de as mulheres de pensarem, de agirem sobre e na realidade que as cerca, demonstrando um “empoderamento” sobre si e sua vida.

No entanto, é notável como as relações de confiança e fidelidade também sofrem alterações na modernidade não apenas da subjetividade feminina, mas da vida social humana em geral. Em alguns casos, inicia-se um relacionamento sem nenhum compromisso entre os parceiros e o “ficar” entra em cena na constituição das relações de modo efêmero e passageiro, podendo constituir ou não, futuramente, um possível namoro ou algo mais.

No âmbito das subjetivações femininas, portanto, os relacionamentos tornaram-se flexíveis, um compromisso que pode ser desfeito a qualquer momento, não sendo um ato formal e inviolável a caminho de noivado e casamento. Em alguns casos, os casais chegam a coabitar a mesma casa e partilhar de uma vida conjugal por anos, sem sequer formalizar um matrimônio.

Finalmente, T relata que sua condição de mulher separada não lhe traz “nenhum transtorno” porque a separação nos dias atuais não é visto como algo que a afastaria de seu trabalho ou degradaria sua imagem. Nas tradições locais, é comum estigmatizar a mulher separada com filhos.

Em todas as entrevistas é recorrente, na fala das interlocutoras, a necessidade de uma vida afetiva e sexual, tendo ou não uma nova união conjugal. Ao realçarem essa

necessidade, percebe-se que não existe uma preocupação, por parte de algumas entrevistadas, em dividir o mesmo espaço doméstico, a mesma casa, com um companheiro ou cônjuge. O que suas falas demonstram é que essa aliança afetiva e sexual deve ser espelhada na cumplicidade, no companheirismo e na igualdade de direitos.

Dividir com um novo companheiro o mesmo espaço doméstico não está nos meus planos. Primeiro tenho uma relação duradoura e afetiva com meus filhos e certamente colocar um homem na minha casa poderia atrapalhar. Mas quero e tenho uma vida afetiva e sexual, cada um em sua casa... Encontramo-nos quando temos vontade, quando podemos. Mas o que é necessário é ter alguém com quem contar para dividir as coisas boas e ruins, e isso não exige compartilhar o mesmo espaço doméstico. (S, 41 anos)

O espaço da minha casa não comporta um novo companheiro, tenho pouquíssimo tempo para dedicar a uma pessoa, a ser cobrada literalmente, realmente não vejo nenhuma possibilidade de dividir com alguém a mesma casa. Mas desejo estabelecer uma vida afetiva e sexual, não importa a questão do espaço, mas a cumplicidade de uma relação sadia e prazerosa. (M, 39 anos)

Na fala da estudante M, ao se referir ao espaço da casa, sugere e auxilia a enxergar que estar à frente de sua família, comandando-a e sustentando-a pode ser mais uma escolha particular da mulher em seu processo de criar os espaços subjetivos de independência e autonomia do que apenas o resultado de casamentos desfeitos, viuvez etc. E isso se reflete na expressão “relação sadia e prazerosa” por ela mencionada, ou seja, muito mais que dividir um espaço (físico ou simbólico) a cumplicidade possibilitará que a vida afetiva e sexual aconteça além das redomas da casa.

Estou literalmente contente com a vida de solteira que estou levando. Tenho mais tempo para dedicar aos meus estudos (mestrado), sair com minha filha e amigas e frequento lugares que até então não conhecia. Além disso, por muito tempo dividi o mesmo teto com meu ex-marido, então, não vejo necessidade de ter outro companheiro dentro de casa, sobretudo porque tenho uma filha e, hoje em dia, diante de tanta violência doméstica, não me sinto segura em trazer um homem e dividir nossa casa com ele. (T, 45 anos)

Nos trechos transcritos (interlocutoras S, M e T), percebe-se que os discursos são levados a um ponto de encruzilhada, de transição, ao afirmarem que a figura feminina é

uma construção social, mas, ao mesmo tempo, a questão biológica e cultural pesa consideravelmente nessa condição, em função da reprodução, do procriar, do gerar, do dar vida. Essas noções sinalizam que ser mulher, para as interlocutoras, transita nessas mudanças, dentre elas as formas de conceber a reprodução biológica e os modelos culturais de família.

Desde que me separei, há um ano e meio, vivencio momentos de discriminação e desconfiança. Não somente por estranhos, mas no próprio ciclo de amizades ao qual pertencço. Recentemente encontrei o filho de uma amiga no elevador, conversamos rapidamente. Dias depois minha amiga comentou que seu filho me achou muito bem, bonita, feliz e rapidamente ela terminou a conversa dizendo: queria tanto que ele se interessasse por sua sobrinha, aquela linda moça, solteira, com um futuro promissor pela frente. Apenas suspirei e balancei a cabeça afirmando que fariam um lindo par. (T, 45 anos)

Essa narrativa demonstra que a mulher sozinha é vista com discriminação e representa uma ameaça à vida familiar. Mesmo dentro do ciclo de amizade, o preconceito é visível quando essa ameaça “amiga” está por perto. É como se o estar só/sem par (companheiro) representasse uma busca incessante por um parceiro, impossibilitando aos outros enxergarem que essa condição de solteira é uma opção, uma escolha. E quando essas mulheres chefes de família visitam espaços públicos com outras mulheres/amigas são vistas com outros olhares que, apoiados nas convenções de gênero, as julgam anormais e desviantes. Veja o que diz a interlocutora:

Sáímos eu e uma amiga. Fomos à pizzaria. Quando sentamos, observamos um grupo de rapazes em outra mesa que nos olhava. Alguns minutos depois, o garçom veio com uma mensagem deles que perguntava se nós estávamos interessadas em companhia. Respondemos que não. E continuamos ali e a conversa fluiu... Quando nos percebemos, já eram duas horas da manhã. Na ida para o estacionamento percebi risos dos manobristas, troca de olhares entre eles, certamente pensavam que éramos lésbicas, por estarmos até aquela hora conversando e retornando juntas para casa. (T, 45 anos)

O preconceito em relação a mulheres sozinhas é revelado na fala dessa interlocutora. Contudo, não há preocupação com esses enfrentamentos nos espaços

públicos, por terem comportamentos politizados em relação à sexualidade e ao gênero.

Os discursos das universitárias chefes de família na UFG são recorrentes quando falam da importância do papel feminino em relação à criação dos filhos. Elas argumentaram que criar seu filho/a é uma experiência importante e prazerosa, ainda que as redes de apoio não sejam mais de sua família, o que as obriga a procurar outros recursos, dentre eles a creche.

Essa possibilidade de ter na creche uma rede de apoio significa um ponto importante de mudança na concepção do que seja família atualmente e revela ideias contemporâneas na criação dos filhos. A mulher deixa de ter a mãe e/ou a avó cuidando da criança. Dentro de padrões convencionais, a principal missão da mulher era “[...] preparar os seus filhos que serão os homens e mulheres de amanhã” (MALUF; MOTT, 1998, p.404). Hoje, ela pode-se recorrer a outras redes de apoio, como a babá, a creche etc. Do mesmo modo, ao reivindicar o compartilhamento dessa responsabilidade com o pai/companheiro, significa também “ser moderna”, diferente da condição da mulher no mundo e na família convencionais.

Assim, a imagem geral formulada é a de que a criação dos filhos deve ser compartilhada, dividida, não ficando apenas a cargo da mãe. E ainda, o pai/companheiro/namorado tem de ter a mesma responsabilidade junto à criança, participar de todos os momentos, desde a reunião escolar, a visita periódica ao médico, os momentos de lazer e oferecer condições de alimentação e vestuário.

Mesmo ausente do convívio familiar, o pai deve atender e corresponder às obrigações que sobre ele recaem. Vejamos algumas falas sobre a guarda compartilhada dos filhos/as:

Eu concordo sobre a guarda compartilhada, mas desde que o pai queira ser pai mesmo. Não aparentemente, mas que participe da vida da minha filha. Apesar de não termos namorado, tivemos apenas uma relação informal que resultou em uma gravidez, nunca tive problemas em relação a ele. Toda semana ele passa em nossa casa, visita nossa filha. Em outras ocasiões ele a leva para Palmeiras/GO. Além de ser muito querida por ele, a família dele demonstra muito amor e carinho por ela. E isso é muito bom. Na casa dele tem fotos dela espalhadas por todos os lugares. É

uma festa quando ela chega lá. (C, 26 anos)

Outra interlocutora destaca:

Também vejo a guarda compartilhada como importante para a formação da criança. A presença da figura masculina (pai, tio, avó) na criação do filho é fundamental. Mas sem dúvida a presença do pai é fundamental, além disso, não posso assumir literalmente a formação do filho sozinha. (L, 23 anos)

Essas falas revelam a importância da presença da figura masculina na formação e na criação das crianças, ou seja, as entrevistadas qualificam a guarda compartilhada como importante fator na formação da criança. A guarda compartilhada é um recurso que permite à criança um convívio social e afetivo com ambos os pais. Assim, as obrigações relativas à criação do menor ficam distribuídas entre os dois e impedem que a criança se sinta emocionalmente prejudicada pela ausência de um dos pais no período de sua infância e/ou adolescência.

Ao trazer para discussão a guarda compartilhada (ou conjunta) como nova demanda de igualdade, no contexto contemporâneo, busco apresentar a representação deste recurso por parte das entrevistadas.

Em suas falas fica evidente a ideia de igualdade na criação do/a filho/a, da mesma forma daquela que preside os casais que estão juntos. Isso demonstra que, mesmo na condição de mulher sozinha, chefe de família, ela tem a expectativa em dividir com o pai da criança o cuidado e a criação. Isso significa que

[...] estamos vivendo um período de transição para a consolidação de um novo modelo de maternidade, o qual tem como ideal a busca pela equidade na responsabilidade parental e cuja efetivação ainda está longe de ser alcançada em todos seus aspectos, já que ela pressupõe uma relação igualitária entre os sexos. (SCAVONE, 2001, p. 57)

Essa busca por igualdade de direitos, resultante do movimento feminista,

oportunizou a “desnaturalização da equação mãe-nutriz, pai-provedor, e a busca por uma divisão equitativa do trabalho doméstico e familiar decorrente dessa desconstrução.” (TORNQUIST, 2008, p. 615)

É possível perceber, no entrelaçar de opiniões e conversas, que mesmo com a gravidez precoce e sem planejamento essas mulheres não optaram pelo aborto, mesmo sendo pressionadas pelos companheiros que não aceitavam a gestação.

A notícia da gravidez, a princípio, mexeu consideravelmente com elas, ficaram sem direção e buscaram encontrar um caminho para resolver a situação. Esse fato permite inferir que a gravidez não era desejada ou não era apropriada naquela ocasião, mas, também, sugere que essas mulheres não eram usuárias de métodos contraceptivos, como, por exemplo, a pílula anticoncepcional e/ou o preservativo ou que estes métodos poderiam ter falhado.

Nos casos das interlocutoras solteiras (C, L, D), elas tiveram apoio da família materna durante a gravidez, o parto e na criação da criança. A interlocutora C relata que, quando contou aos seus pais sobre a gravidez, ressaltou que estava insegura e não sabia que decisão tomar, pois o pai da criança não queria nem aceitava a gravidez. Seus pais disseram que a aceitavam e, em último caso, ela geraria a criança e doaria a eles para criar.

A entrevistada L conta que foi um susto para a sua família, mas, ao mesmo tempo, uma festa, por ser o primeiro neto e o primeiro bisneto. A família da interlocutora D recebeu “bem” a notícia. Mesmos surpresos e assustados, orientaram-na para que não abandonasse os estudos, argumentaram que não havia necessidade de morar com o pai da criança nem que ela precisaria sair de casa porque estava grávida.

A gravidez precoce entre as mulheres jovens tem crescido consideravelmente nos últimos anos. A vida sexual entre os adolescentes tem se iniciado cada vez mais cedo, o que favorece, em alguns casos, uniões repentinas, de curta duração e, em outros, abortos provocados.

O estudo realizado em Goiânia traz informações que norteiam a vida contraceptiva da mulher goiana e revela que “quanto menor a idade da adolescente ao

iniciar a vida sexual, menor a chance de ela usar algum método anticoncepcional, e conseqüentemente, maior a probabilidade de ocorrer uma gravidez logo nas primeiras relações” (ROVERY, 2007, p.26). Esta pesquisa mostra que “Goiânia também apresenta um contingente de mães adolescentes (15 a 19 anos).” (ROVERY, 2007, p.17)

Ao dialogar com a questão da gravidez na análise dissertativa, pretendo trazer para o debate as condições comportamentais, talvez veladas, relacionadas ao início da vida sexual, que constituem e permeiam o grupo estudado. E mais, mostrar que grande parte das universitárias responsáveis por suas famílias teve uma gravidez precoce, que caracteriza uma realidade brasileira, mesmo tendo um alto nível de conhecimento sobre o uso de método anticoncepcional (pílula, camisinha masculina, tabela, injeções etc), grande parte dos jovens inicia sua vida sexual sem nenhuma proteção.

No decorrer dos depoimentos, era frequente, por parte das entrevistadas, representarem o que é ser mulher, articularem essa condição entre seus mundos público e privado, como se esses espaços fossem literalmente divididos, separados e fossem elementos explicativos para entender e definir sua condição feminina. Sobre feminilidades, o movimento feminista, ao trazer para o debate a ideia da identidade da mulher como construída socialmente, possibilitou que ela elaborasse sua fala sobre si mesma, questionando sua própria vida e a subalternidade a que estava submetida nas relações familiares tradicionais.

Na medida em que o movimento prosseguiu, no entanto – através de debates continuados em bairros e associações várias – descobriu-se a centralidade da esfera do trabalho doméstico e, através dela, começou a emergir um modo de vida, uma maneira de interpretar o mundo que era específica das mulheres. A discussão incorporou a noção de divisão sexual do trabalho e ligou-a à questão da reprodução da força de trabalho, questão inteiramente visível em uma sociedade que não esconde a selvageria da exploração e impõe a exclusão como inevitável. (PAOLI, 1985, p.70)

Neste contexto de expressão e denúncia feminina, as fronteiras entre o privado e o público se tornaram flexíveis, ou seja, a identidade feminina não se define apenas na esfera doméstica, mas pública, no mercado de trabalho, na política, no ensino superior de

qualidade “como possibilidade de realização individual e de autonomia (BARROS, 1981, p.9). Esse processo de se transferir de uma esfera (privada) para outra (pública) permite à mulher construir uma nova visão de si própria.

Importa reter aqui essa discussão sobre o público e no privado porque ajuda a entender como a sensibilidade voltada para o mundo privado constituiu a subjetividade feminina. E é essa ideia de público que remete à ideia de individualidade e liberdade presente no contexto contemporâneo.

A mulher está saindo do mundo privado, adentrando o espaço público pelo mercado de trabalho ou pelo ingresso na escola. Portanto, ela rompeu com essa divisão, ultrapassando a fronteira entre o público e privado, invertendo essa fronteira e favorecendo a construção de novas noções de privado.

É interessante destacar que as interlocutoras não demonstraram nem narraram que a condição de mãe como responsável única pelos filhos impedisse ou fosse um empecilho para contrair nova união conjugal, mas relataram que isso pesa e influencia ao estabelecer uma nova relação afetiva. “Não dá para namorar como antes. Hoje, penso duas vezes antes de ter uma coisa mais séria. Não posso levar um estranho para dentro de casa, tenho um filho com quem me preocupar.” (G, 19 anos)

4.1 Tias, Avós, Mães e Irmãs: entre o passado e o presente

Na análise que se segue, apresento relatos que descrevem a vida das mulheres antecessoras das entrevistadas que participaram deste estudo. Isto é, são relatos mais específicos sobre a vida de mães, avós, tias e irmãs das interlocutoras desta pesquisa, com a finalidade de entender os valores que presidem ou presidiram a vida das mulheres das gerações anteriores e as mudanças verificadas no decorrer de apenas uma ou duas gerações.

Vejamos alguns trechos das falas das mulheres entrevistadas:

Entre as mulheres da minha família, minha mãe se destaca. Ela sempre trabalhou, é

lutadora, pulso firme. Lá em casa é meu pai que lava nossas roupas, e as decisões são tomadas em conjunto, ou seja, meu pai pode até opinar, mas a última palavra é da minha mãe. (B, 24 anos)

A minha família tem mulheres diferenciadas, a começar pela minha bisavó que conheceu Juscelino Kubitschek, se vestia de homem para andar nos movimentos políticos daquela época. Minha avó sempre trabalhou fora, mas mantinha-se submissa ao meu avô e a relação com os filhos estava fadada ao marido, mas no decorrer dos anos foi mudando, escolhendo e ajustando as rédeas que não a domavam mais. Tenho uma tia que largou trabalho, faculdade, sonhos, tudo, para se casar. Mas depois de nove anos de relacionamento descobriu traições, filho fora do casamento, ela se rebelou, tomou atitude e hoje ela está super bem. Tem seu valor. (I, 27 anos)

Esses relatos mostram que a condição feminina é marcada pela hibridez das relações conjugais, afetivas e familiares. A noção de hibridez aqui trabalhada vai ao encontro da perspectiva de Bruno Latour (1994), ao mostrar que o mundo moderno não pode ser apreendido de maneira fragmentada, pois os problemas sociais são apresentados de forma híbrida. Em outras palavras, a condição feminina é marcada por esta hibridez entre o tradicional e o moderno. Ela não pode ser compreendida apenas pelos elementos modernos, mas pela mistura de elementos, ora modernos, ora permeados pelo tradicional.

Entre as entrevistadas, o caso mais diferenciado é o da mãe de uma interlocutora que, quando casada, dependente do companheiro e submissa a ele, queria cortar o cabelo e o marido não deixava. Sua filha revelou:

Minha mãe tinha vários sonhos, um deles era cortar o cabelo. Lembro-me bem que naquela ocasião [década de 1970] o cabelo dela batia na cintura, despontado, fraco, em condições opacas, mas meu pai não deixava sequer ela cortar as pontas. Ela fazia de tudo para conseguir a autorização dele para cortar, mas todos os recursos utilizados não surtiam resultados. Um belo domingo, toda a família reunida, até meus avós estavam presente no almoço em família, minha mãe disse: é hoje que venço seu pai a me deixar cortar o cabelo. De repente, em suas mãos, uma mexa de fios de cabelos. Ela simplesmente esparramou na comida, e na hora de todos servirem encontraram inúmeros fios de cabelos na comida. Foi muita reclamação... Minha mãe pediu desculpas e disse que estava com queda de cabelo e a única solução era cortar o cabelo para ele fortalecer e crescer saudável. Meu pai mais que rápido falou: amanhã, bem cedo, você corta esse cabelo. (R, 49 anos)

Este relato elucidada que, mesmo dependente e submissa ao marido, a mãe da interlocutora R recorreu a métodos que propiciassem o corte de seu cabelo. Isso nos ajuda

a pensar sobre o mando que o companheiro exercia na vida de sua esposa, mesmo em aspectos considerados hoje altamente íntimos, como a maneira de cuidar do próprio corpo. Mesmo utilizando de artifícios, essa mulher em questão não alterou a regra do mando/poder exercido pelo companheiro, apenas burlou-o para conseguir cortar o cabelo. Esse ato – domínio do companheiro sobre o cuidar do corpo – ainda existe, mesmo que de forma menos visível, mas em geral as mulheres de hoje dificilmente obedecem a uma ordem como essa de não cortar o cabelo.

Essa entrevistada (R) argumentou que “talvez poderia até não cortar o cabelo para agradar o marido, mas não para obedecer a uma ordem imposta por ele”. Isso demonstra a rapidez com que certas mudanças aconteceram; em menos de quatro décadas, a mulher direcionou suas escolhas em relação aos cuidados com o próprio corpo e determina suas escolhas e opções em relação a ele.

Outro caso interessante, que nos ajuda a entender os valores predominantes na vida das famílias do contexto tradicional é o que se segue:

Meu pai sempre ditou aquilo que minha mãe deveria fazer e usar: a cor, o estilo e o modelo da roupa; o candidato em quem votar; o corte de cabelo que deveria usar. Desde pequena minha mãe usa cabelo curto, curtinho. Esse era o jeito preferido do meu pai. Ele nunca perguntou o que ela realmente gostava, se aquela cor era a preferida, se aquele candidato mereceria seu voto. Mas era normal naquela época obedecer e ser submissa ao marido, tanto é que minha mãe nunca se queixou ou lamentou por ter que seguir os gostos e mandos dele. Apenas dizia “seu pai gosta desse jeito, não custa nada agradá-lo. (G, 19 anos)

Em ambos os relatos (de R e de G), a similaridade de “agradar” o marido permite inferir que, mesmo sendo comum na época, as mulheres da sociedade tradicional se submetiam a tudo para manter seu casamento; tinham de manter a família unida e coesa. Em alguns casos, as esposas se submetiam a maus tratos para assegurar aos filhos o direito a comida e moradia, como é o caso a seguir:

Desde cedo vi minha mãe sendo humilhada, mal tratada e espancada dentro de casa. Meu pai bebia muito, por muito tempo minha mãe se submeteu aos maus

tratos, porque ainda éramos pequenos e ela não tinha nenhuma profissão para nos manter. Ela aguentou isso doze anos, enquanto aprendia escondida a ser professora. Depois disso, separou-se do meu pai e nos criou com o salário de professora. Talvez por presenciar essa situação, tenho uma referência de família totalmente torta e não suportei a primeira dificuldade na minha vida conjugal; separei-me. (M, 39 anos)

Este relato sugere que a interlocutora, tendo presenciado a vida sofrida de sua mãe, internalizou a representação de família e casamento ligada ao sofrimento, a limitações e à dor. Contudo, ressalta que, “mesmo tendo optado pelo matrimônio, não acreditava na possibilidade de uma vida harmoniosa e feliz”. Isso remete a certa contradição e reforça o padrão construído culturalmente acerca do amor romântico, presente no casamento nuclear.

Outros fatores presentes nas falas das entrevistadas referem-se aos cuidados com o corpo, dentre eles o uso de maquiagem e de traje decotado ou curto. Segundo elas, as mulheres de sua família eram estigmatizadas se usassem maquiagem ou um vestido decotado, algumas relataram que a vulgaridade, o desrespeito e a indecência eram associados àquelas que fizessem uso destes artefatos.

Curto? Nunca usei, meu pai nunca me deixou usar. Nem a barriga de fora, mostrando o umbigo. Ele dizia que moça de família não usa esse tipo de roupa, porque degrada com a imagem da mulher. Além disso, o homem olha e acha que a mulher é fácil, não a respeita como a aquela que se veste adequadamente. Até hoje tenho dificuldade de sair com roupa curta, acho que foi o modo como fui criada. Sempre me preocupo com que os outros irão dizer andando dessa forma. Sei que é besteira, hoje está ultrapassado, mas a minha criação foi assim. (R, 49 anos)

Continua a interlocutora:

No tempo da minha avó, minha mãe conta que mulher não podia se maquiar como hoje. Usava-se muito o pó, para dar aquele ar de pureza e disfarçar as olheiras. Nada mais. Batom vermelho, nem pensar. Minha mãe me contava que, quando moça, se pintava toda para ir a festas, era o que ela mais gostava... se maquiar. Lembro uma vez, ela contou que meu avô a fez tirar toda a maquiagem. E ela chorou muito ao ouvi-lo dizer que filha dele não era puta para andar assim, com a cara pintada. Hoje até pra ir ao mercadinho fazer compra ela (minha mãe) se maquia toda, parece que está indo a uma festa. (R, 49 anos)

A representação do corpo emerge nas falas das entrevistadas, por este motivo é interessante relativizar como essa questão era tratada no contexto tradicional e como é compreendida no momento atual. Não pretendo ser repetitiva ao apontar as características da mulher, dentro de parâmetros convencionais, mas não posso deixar de relacionar essa questão à submissão e a relação entre o público e o privado.

À imagem da mulher brasileira vinculava-se a uma figura pura e submissa, que deveria andar e vestir-se adequadamente. Só assim ela seria respeitada e não poderia ser associada a uma mulher vulgar. Neste contexto é que a mulher foi criada e atendia esses padrões normais da época. No contexto atual, a mulher, no Brasil, em alguns casos, pouco se preocupa se vão associá-la a vulgaridade ou não, mas considera importante o seu bem-estar, sua autoestima e sua confiança. Fato recorrente no momento da entrevista gravada, quando dizem que suas roupas são escolhidas por elas mesmas, andam e se vestem como querem e não se preocupam com a imagem que fazem delas.

As relações amorosas passageiras foram outro tema presente nos depoimentos das interlocutoras e contribuem para entender e descrever o grupo estudado. Dentre as entrevistadas um caso merece destaque:

Nossa relação foi passageira, apenas uma noite de amor para comemorar a copa de 2006 em que o Brasil foi campeão. Estávamos em Aruanã/GO à margem do rio Araguaia, numa noite de esplendor e muita emoção. Andávamos na areia conversando e cantando quando meu amigo (B) me apresentou seu colega (H). Resolvemos assistir ao jogo na casa de B. A emoção do momento sem dúvida contribuiu para que não ficássemos apenas nos beijos e abraços. E, com a vitória brasileira, novos rumos guiaram aquela noite. Quando amanheceu, percebi o descuido de não ter usado preservativo, foi tudo muito rápido. Passamos o dia junto, trocamos telefone, e-mail. Ele era de outra cidade, do Rio de Janeiro, sabia que não nos encontraríamos tão cedo. E assim aconteceu. Quando suspeitei da possível gravidez, mandei e-mail, tentei ligar, mas sem saber como dizer... Uma noite, um filho! E a minha família, meus pais, nossa foi uma loucura, um sofrimento inexplicável enfrentar uma gravidez sozinha. Ele (H) foi amigo, mas de longe, sem marcar presença e sem compromisso. Acompanhou-me no parto, no nascimento do filho, ficou por aqui alguns dias, mas partiu. A responsabilidade com a criação da criança ficou exclusivamente a mim, como também a parte financeira, pois depois de alguns meses, ele deixou de mandar a ajuda mensal. Hoje consegui superar esse distanciamento e até entendo, foi apenas uma noite. Superei as inúmeras críticas recebidas por inúmeras pessoas, inclusive pessoas próximas.

Muitas vezes ouvi meu pai dizer que tinha sonhado outra vida pra mim, que tinha me criado como uma princesa e esperava um futuro melhor: terminar os estudos, me formar, ter uma carreira. Não adiantava argumentar que foi um descuido, uma fraqueza do momento. Tinha que ouvir calada, mesmo acreditando que essa dificuldade seria passageira, porque não é o filho que iria me impedir de realizar meus sonhos e um futuro melhor. O que ficou dessa experiência foi um filho lindo, que amo de paixão, que me dá força para estudar, lutar e seguir em frente. (K, 32 anos)

Este trecho da entrevista sugere que a mulher, nos dias de hoje, diferentemente da mulher dos tempos passados, vivencia relações amorosas passageiras, baseadas na troca entre os corpos, no desejo, ultrapassando as barreiras do compromisso afetivo. Essa realidade faz parte do contexto relacional entre os sexos. É o poder de escolher seus parceiros, de decidir, de se sentir realizada sexualmente. O individualismo, operando decisivamente, “rege” como uma expectativa, mas não define a realidade. Mesmo o indivíduo aqui sendo valorizado, as relações sociais são efêmeras, os valores que operavam no contexto tradicional são substituídos por novos valores que perpassam pela igualdade e liberdade individual:-

Sem dúvida minha mãe me ajudou muito, cuidando do bebê. Sem ter mais a ajuda do pai da criança, as despesas foram aumentando, esperei ingressar na universidade. Depois de um ano consegui, uma vaga na creche da UFG, foi ótimo. Morei com meus pais até o meu filho completar um ano. Criei coragem e aluguei uma quitinete aqui perto do Campus. O apoio da minha mãe foi excepcional, eu saía tranquila e sabia que o encontraria bem, em segurança e com saúde. Aqui na creche também recebi esse apoio social, as educadoras realizam um trabalho pedagógico, cognitivo maravilhoso que, sem dúvida, irá ajudá-lo na idade escolar. (K, 32 anos)

Esse relato sugere pensarmos a importância e a significação da rede de apoio social para essas mulheres que respondem por seus lares. A rede de apoio nos dias atuais não se restringe à ajuda familiar (mãe, tia, irmã etc), como nos tempos passados, mas conta com a ajuda das creches. Isso demonstra que as mulheres estão vivendo hoje sob outras regras e valores, rompendo com os padrões naturalizados que atribuíam a ela a criação dos filhos.

E foi com o ingresso da mulher no mercado de trabalho que o movimento

feminista passou a exigir reivindicações específicas, dentre elas o direito a creche não só para as crianças pequenas, mas também para mães trabalhadoras (FARIA, 2006).

Essa possibilidade de compartilhar a criação dos filhos com a creche significa mudanças substanciais, dentre elas a de poderem ter filhos e ao mesmo tempo trabalharem ou estudarem, darem sequência a suas vidas sem terem de optar exclusivamente pela criação de sua criança.

No relato da interlocutora K, a rede de apoio, no caso sua mãe, possibilitou e/ou favoreceu que ela não interrompesse seus estudos, mas, na ausência desse suporte, ela certamente passaria por muitas dificuldades, sobretudo para ingressar e permanecer no mundo do trabalho e no mundo universitário, por não ter com quem deixar sua criança.

Redes de apoio familiar ou públicas presentes entre as mães brasileiras são uma forma de ajuda, de auxílio, são suportes aos quais a chefe de família pode recorrer, no seu dia a dia, para o cuidado com a criança.

As universitárias da UFG possuem uma importante rede de apoio, a creche, que atende aos filhos/as da comunidade universitária – professores, técnicos administrativos e alunos/as – em período integral.

No ano de 2010, a creche atendeu 104 (cento e quatro) crianças, sendo 58 filhos/as de estudantes, 35 de docentes e 11 do quadro de técnicos administrativos.

As vagas são distribuídas por agrupamentos: berçário (2 meses a 1 ano), grupo I (1 ano a 2 anos), grupo II (2 a 3 anos), grupo III (3 a 4 anos). Esta unidade desenvolve um trabalho pedagógico e de sociabilidade não apenas com as crianças, mas com a família, por meio de reuniões, projetos, encontros comemorativos e no atendimento diário.

O funcionamento da creche da UFG é de segunda a sexta-feira das 7h às 18h, atendendo crianças em tempo parcial e integral. Durante o ano letivo, acontecem atividades culturais, dentre elas, parada pedagógica, mostra literária, feira do brinquedo pedagógico, família na creche, oficina com os pais, conselho de creche etc.

O Projeto Político-Pedagógico (UFG, 2011) da creche parte de uma concepção

ampliada de família, valorizando os diversos arranjos familiares que se constituíram ao longo do tempo. Assim, além da prática pedagógica a ser desenvolvida, a creche preocupava-se com que seus profissionais conheçam a família da criança, o que possibilitará compreender melhor a vida do educando. E isso é verificado nos momentos coletivos realizados no âmbito da creche, promovendo uma participação efetiva da família.

A creche da UFG é um campo de estágio na educação infantil para os estudantes dos cursos de Pedagogia e Educação Física e se estende as outras áreas, como Artes e Psicologia.

Os trabalhadores da creche são distribuídos em cinco equipes: administrativa, pedagógica, de nutrição, de limpeza e segurança e de apoio. Seu espaço físico é dividido em quatro áreas: administrativa, apoio, pedagógica e externa. Durante a pesquisa de campo nesta unidade, presenciei um cuidado especial no atendimento inicial da criança que também se estendia no atendimento interno. O sorriso com que a atendente terceirizada recebia as crianças, chamando-as pelos seus nomes e de seus respectivos pais, desejando-os um bom dia, era de entusiasmo, segurança e alegria.

Assim, a creche da UFG não se configura como um depósito de crianças, como o senso comum considera, e que era expresso nos valores da família tradicional, pois naquele momento a mulher ocupava seu tempo cuidando da vida doméstica – casa, marido e filhos. E nem tampouco como uma instituição marcada por atuar somente em atividades de caráter assistencialista; pelo contrário, atualmente a creche atua como espaço de socialização e interação, desenvolvendo atividades lúdicas, pedagógicas voltadas para a formação da criança.

Além disso, essa instituição valoriza os diferentes elementos (orais, não orais e verbais) da literatura infantil, como contos, parlendas, rodas de conversa, contação de histórias, etc, no entanto, poucas pessoas compreendem tamanha eficácia:

Quando falo que minha filha fica na creche, sempre ouço dizer “tadinha! fica na creche”. Eu respondo rapidamente que a creche é um lugar ótimo e que ela adora. As pessoas têm essa concepção que a creche é sofrimento e abandono e não é.

Desde o recebimento da criança na portaria até a educadora, somos recebidas com sorriso e respeito. Sempre ouvimos o “bom dia” o carinho com nossa criança e isso é maravilhoso. Porque sabemos que ali ela ficará bem e feliz. (G, 19 anos)

A entrevista acima desmitifica a imagem relacionada à creche, por ser a creche da UFG diferente, particular, e mostra sua importância e sua representação na vida das estudantes universitárias chefes de família. Traz ainda uma nova significação da creche, que não se resume apenas ao cuidado físico da criança, mas perpassa por um trabalho educativo, cognitivo e de sociabilidade.

Das interlocutoras entrevistadas, as oito que têm a creche como apoio relataram que, sem o auxílio da creche, dificilmente poderiam estudar e trabalhar. Vejamos algumas falas:

A creche não é só um espaço que deixo meu filho e vou estudar. É um lugar especial, onde cuidam dele com atenção, com alimentação na hora certa, com brincadeiras e dinâmicas que ajudam no seu desenvolvimento cognitivo. Além disso, as educadoras desenvolvem um trabalho maravilhoso: incentivam as crianças a lerem... Todos os dias as crianças pegam os livros infantis e viajam pelas histórias contadas e lidas por elas. Meu filho sempre quer levar um livro para casa, e na hora de ir embora, chora querendo ficar por mais tempo, tenho que explicar que amanhã ele voltará e encontrará seus amiguinhos e brincará mais. É muito bom! (G, 19 anos)

Antes de conseguir a vaga na creche, minha vida era uma luta. Deixava minha filha com a vizinha no período matutino e pagava um valor x pra ela. Isso me dificultava muito, porque não tinha tempo para ir à biblioteca e nem de participar de qualquer evento, era uma correria. Além disso, minha filha não tinha outras crianças para brincar e nem atividades diversas para desenvolver. Ficava naquela rotina de desenhar, ver TV e dormir. Aqui na creche ela tem outro brilho no olhar, fez amizades, participa de brincadeiras e atividades das mais variadas. E tenho tempo para estudar mais e encontrá-la no final do dia com satisfação. (C, 26 anos)

A creche sem dúvida é uma mãe pra mim. Zela pelo meu filho, desenvolve um trabalho pedagógico, com leituras que incentivam ele a gostar de ler, a desenhar, pintar. A alimentação é rica e variada, ele se alimenta mais do que em casa, porque no refeitório ele está com outras crianças, e um incentiva o outro a comer. A creche realiza semestralmente uma exposição dos trabalhos realizados pelas crianças, as pinturas, gravuras, material reciclado. Aí você percebe que o trabalho educativo está acontecendo. (A, 35 anos)

Em suma, ser mulher para este grupo pesquisado passa pela guarda compartilhada, pela creche, pelas políticas públicas e pela ideia de igualdade e direitos. São elementos fundamentais que orientam sua condição feminina.

Essa interface com outros campos sinaliza e mostra como se moldaram novos valores, criaram-se novos papéis, fundaram-se novas subjetividades no horizonte da condição feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há conclusões a serem apresentadas; há apenas uma discussão a ser sustentada. (GEERTZ, 1989)

Mulheres comandando suas famílias têm marcado, em diferentes épocas, a realidade da família brasileira, em também da família goiana. Essa condição tem sido recorrente por vários fatores, dentre eles a mãe solteira, a separação, o divórcio e a viuvez.

Nessa dissertação, mostrei que, mesmo sendo um fator recorrente, essas mulheres chefes de família que estão na universidade optam ou não em permanecer nessa condição. Isso significa que a condição de chefe de família, no grupo observado, não se restringe somente à questão econômica, mas se estende a outros fatores, dentre eles a negociação da vida a dois, ao companheirismo, que segundo elas é fundamental para constituir e manter uma relação familiar, e ao amadurecimento intelectual propiciado pela vida universitária, ampliando seus horizontes culturais.

Este trabalho se distingue dos demais com os quais dialoguei, porque examino um arranjo familiar para além de suas abordagens demográficas e sociológicas, mas que perpassa pelos aspectos que envolvem a subjetividade feminina. Verifiquei sua ocorrência em setores da sociedade não marcados pela pobreza, mas por um local ainda pouco explorado.

Assim, desafiei os pressupostos e os estudos que vêm colocando a mulher chefe de família como sendo predominantemente pobre, não-escolarizada e negra. Apresentei outras possibilidades de análise desse arranjo familiar, particularmente localizando-os em outros terrenos da vida social e procurando mostrar a emergência de novos comportamentos e sensibilidades femininas, decorrentes da experiência de conduzir a vida familiar sem a presença de um companheiro, seja o marido convencional, oficial, seja o parceiro de outras

formas de união.

No decorrer da pesquisa de campo, foi fundamental resgatar o ofício do etnógrafo que, segundo Oliveira (2000), constitui no processo de domesticação do saber olhar, ouvir e escrever. Este momento deixou profundas marcas, dentre elas o devaneio do encontro com o “outro”, as barreiras na busca de uma narrativa densa (GEERTZ, 1989), que poderiam enriquecer este trabalho.

Mesmo não tendo realizado uma pesquisa etnográfica clássica, os relatos e as descrições feitas no decorrer das entrevistas me permitiram compreender a subjetividade do grupo estudado, desde a autonomia e a independência, como o poder de escolha e de decisão em sua própria vida. Essa metodologia permitiu conhecer as visões de mundo do grupo observado em relação ao casamento e à família, quando durante as entrevistas evocavam em suas lembranças os momentos que marcaram o namoro, a gravidez, a exigência do parceiro pelo teste de DNA, a vida a dois, o casamento/relação desfeito, os amores vividos, enfim, momentos que trazem uma enorme fonte de riqueza sobre suas histórias de vida.

Assim, ao articular, na interpretação de depoimentos femininos, a emergência de novos valores referentes à subjetividade feminina, suas rupturas e aproximações permanentes com as tradições, mostro a hibridação entre diferentes universos, tais como familiares, profissionais, estudantis, e a emergência de novos padrões comportamentais que permitem a criação de inúmeras possibilidades de ampliação das relações afetivas.

O horizonte feminino é alargado com novos valores. Muitas mulheres, como as entrevistadas no contexto de produção deste trabalho, passam a experimentar outras formas de conceber e viver o mundo, que são formas diferentes em relação àquelas que se apresentavam entre suas mães e avós.

Quando trago para a discussão temas como a afetividade e o amor, que se configuram como noções importantes na constituição da subjetividade de homens e mulheres, é para mostrar que, mesmo com a valorização da liberdade individual, o casamento não ocupa, permanentemente, um lugar central na vida das interlocutoras

entrevistadas, mas passa a ser orientado e conduzido por ações recíprocas e mútuas, compartilhando as atividades tanto do âmbito doméstico como no cuidado com os filhos.

Essa realidade foi constatada na pesquisa de campo, pois das 13 que responderam que desejam casar-se novamente, terem um companheiro, todas argumentaram que essa decisão dependeria de vários fatores, dentre eles acordos ou negociações entre as partes. Além disso, reforçam a ideologia igualitarista na vida a dois e confirmam a individualidade entre os parceiros, alterando a relação e os papéis familiares tradicionais, tornando-os conflituosos e negociáveis.

Ao discutir a condição feminina de ser chefe de família, com filho/a e sem companheiro, mostro que, mesmo que as relações conjugais sejam negociadas, ainda preside no universo feminino a ideia de que a mãe deve cuidar das crianças. Paralelamente a este cuidado, as interlocutoras mostraram que a carreira profissional é igualmente relevante em suas vidas.

Ao falarem de sua condição de mulheres separadas, grande parte afirmou que essa condição não lhe traz “nenhum transtorno” porque a separação faz parte da realidade contemporânea. Realçaram o interesse em manter uma vida afetiva e sexual, contudo não veem nenhuma necessidade de coabitarem na mesma casa que seus companheiros, mas destacaram que a relação amorosa deve ser baseada na cumplicidade e na igualdade de direitos.

As temáticas discutidas neste trabalho (gravidez, relações amorosas passageiras, individualismo, educação, mercado de trabalho e rede de apoio), direcionaram e mostraram que as mulheres escolarizadas chefes de famílias vivenciam relações amorosas passageiras, baseadas na troca entre os corpos, no desejo, ultrapassando as barreiras do compromisso afetivo.

Essa possibilidade demonstra um novo contexto relacional entre os sexos. É o poder de escolher, de decidir, de se sentirem realizadas sexualmente, ou seja, o individualismo operando decisivamente.

A rede de apoio, no caso do grupo estudado, nos dias atuais não se restringe a

ajuda familiar (mãe, tia, irmã etc), como era nos tempos passados, mas conta com ajuda das creches. Isso demonstra que as mulheres estão vivendo hoje sob outras regras e valores, rompendo com os padrões naturalizados que enfatizavam a elas a criação de seus filhos/as.

Nas entrelinhas da pesquisa, observei como as entrevistadas veem a si mesmas em relação às mulheres de sua família. Elas começam a se enxergar como sujeitos, autônomos, e se distanciam quando falam de suas predecessoras.

Paralelamente, as falas das interlocutoras apresentam uma nova leitura da creche universitária enquanto rede de apoio, distanciando, assim, a perspectiva elencada pelo senso comum que coloca este local como “depósito de crianças”.

Esta pesquisa de campo mostrou um estudo de mulheres que falaram algumas coisas incomuns, destacaram a necessidade de ganhar independência e autonomia, mostraram como a educação contribuiu para alterar suas subjetividades, relataram a busca pela equidade na responsabilidade parental do filho/a, embora algumas reproduzam o legado sócio-cultural da família nuclear, aquela constituída de mãe, pai e filho.

Assim, a família chefiada por mulheres se caracteriza como um processo dinâmico e que está em construção. Por este motivo, não há conclusões a serem apresentadas, mas provocações que darão a outros trabalhos uma redireção para estudar a mulher escolarizada chefe de família, deixando, neste trabalho, traços marcantes das singularidades femininas goianas na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. M. Família e história: questões metodológicas. Disponível em: <http://www.usp.br/nemge/textos_seminario_familia/fam_hist_metodologicas_almeida.pdf> Acesso em: 03 Out. 2007.

ANTUNES, R. As metamorfoses no mundo do trabalho. In: *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006, p.49-63.

ARIÉS, P. *História social da criança*. Rio de Janeiro: Guanabara, 2006.

BARROS, M. M. L. Apresentação. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, v. 2, p.7-11.

BARROSO, C. Sozinhas ou mal acompanhadas: a situação das mulheres chefes de família. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1978/T78V01A15.pdf>> Acesso em: 02 mar. 2010.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERQUÓ, E. Perfil Demográfico das Chefias Femininas no Brasil. In: *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

BRASIL. Código, Civil de 1916. *Do Direito da Família*. Disponível em <<http://www.soleis.adv.br/direitodefamiliacodcivil.htm#TÍTULO%20II%20-%20DOS%20EFEITOS%20JURÍDICOS%20DO%20CASAMENTO>> Acesso em: 10 Out. 2008.

BRUSCHINI, C; LOMBARDI, M. R. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 90. In: *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC, 2003, p. 323-356.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDWELL, K. L. A institucionalização de estudos sobre a mulher negra: perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil. *Revista da ABPN*. v. 1, n. 1, mar./jun. 2010, p. 18-27.

CASTELLS, M. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: *O Poder da Identidade*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.169-277.

CASTRO, M. G. Mulher pobre chefe de família: outra estratégia de reprodução ou outra reprodução da estratégia de opressão? Disponível em: <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=076&nivel=1>

Acesso em: 02 mar. 2010.

_____. *Mulheres chefes de família, esposas e filhas pobres no mercado de trabalho metropolitano (regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador, 1980)*. Disponível em <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1990/T90V02A12.pdf>> Acesso em 12 fev. 2010.

CATTANI, A. D. Mutações contemporâneas. In: *Trabalho & Autonomia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996, p.15-33.

CHAUÍ, M. Política e culturas democráticas: o público e o privado entram em questão. *Revista crítica de Ciências Sociais*. n. 32, Jun/1991.

CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In. ALMEIDA, Ângela Mendes de et. al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 7-38.

_____. Apresentação. In: *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987, p. 7-38.

COSTA, C. de L. O tráfico do gênero. In: *Cadernos Pagu*. Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/pagu11.11.pdf>> Acesso em: 30 out. 2010.

COLLIER, J; ROSALDO, M. Z; YANAGISAKO, S. Is There a family? In: *The Gender/sexuality reader; cultures, history, political economy*. United States of America: Routledge, 1997, p. 72-81.

COUTINHO, D. P. R. Chefia feminina de família e produção da vida em campo Grande/MS no final do século XX. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/revista_vol7_9_pdf/dolores_pereira.pdf> Acesso em: 01 fev. 2011.

DEALTRY, G. F. Diante de janelas: fronteiras entre público e privado na (pós) modernidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro: UERJ, v. 7, n. 2, p. 188-197, ago./2007.

DUMONT, L. Um estudo comparativo da ideologia moderna e do lugar que nela ocupa o pensamento econômico. In: *O individualismo: uma perspectiva antropológica sobre a ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 09-121.

DURHAM, E R. Família e casamento. In: *Anais do III Encontro Nacional de Estudos*

Populacionais. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1982/T82V1A002.pdf> Acesso em 03 out. 2009.

_____. Família e reprodução humana. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, v.3, p. 13-44.

DURKEIM, É. *Da divisão social do trabalho*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Pensadores)

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Global, 1991.

FARIA, S. S. de C. Fortuna e família em Bananal no século XIX. In: *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 65-97.

FARIA, A. L. G. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. Cadernos Pagu. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/pagu11.11.pdf> Acesso em: 10 jan.2010.

FAULHABER, P. O etnógrafo e seus “outros”: informantes ou detentores de conhecimento especializado? In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 36, jul./dez./2005, p.111-129.

FRANCHETO, B; CAVALCANTI, M. L. V. C; HEILBORN, M. L. Apresentação. In: *Antropologia e Feminismo 1*, Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 7-11.

FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 35. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GIDDENS, A. Família. In: *Un mundo desbocado. Los efectos de la globalización en nuestras vidas*. Madrid: Taurus, 2000. p. 65-80.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GEERTZ, C.. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

_____. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In: *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002a, p. 11-40.

_____. Testemunha ocular: os filhos de Malinowski. In: *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002b, p. 99-134.

GOLDENBERG, M. Sobre a invenção do casal. Disponível em

<<http://www.revispsi.uerj.br/v1n1/artigos/Artigo%207%20-%20V1N1.pdf>>
Acesso em: 01 set. 2010.

GONÇALVES, E. *Vidas no singular: noções sobre “mulheres sós” no Brasil contemporâneo*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas/ SP. 2001.

HEILBORN, M. L. Vivendo a dois: arranjos conjugais em comparação. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol10_n1e2_1993/vol10_n1e2_1993_2artigo_13_24.pdf> Acesso em: 20 jul. 2010.

HIRATA, H; KERGOAT, D. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, M; HIRATA, H. *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC, 2003, p.111-123.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

LAVINAS, L. Perspectivas do emprego no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/Td0826.pdf>. Acesso em: 14. jan. 2008.

LATOURETTE, B. A proliferação dos híbridos. In: *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Edições 34, 1994, p. 7-52.

LÉVI-STRAUSS. A família. In: *Homem, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S A, 1972, p. 308-333.

_____. *O cru e o cozido*. Mitológicas. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOBATO, I. M. *A família monoparental feminina no Centro-Oeste (1980 a 2000)*. Monografia (Especialização em História cultural). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

LONDONÕ, F. T. *A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na colônia*. São Paulo: Loyola, 1999, p. 01-107.

MACEDO, M. dos S. Na trama da interseccionalidades: mulheres chefes de família em Salvador. Disponível em: <<http://www.radarciencia.org/doc/na-trama-das-interseccionalidades-mulheres-chefes-de-familia-em-salvador-in-the-plot-of-intersectionalities-women-heads-of-households-in-salvador/o2ScYKq3ql51MzWuYzWIYGR1AmV=/>>. Acesso em 01 jul. 2011.

MALUF, M; MOTT, M. L. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, F. A. (Org.) *História da vida privada no Brasil: República – da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia das letras, 1998, p. 368-421.

MARCÍLIO, M. L. *Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil*. São Paulo: Editora Brasil, 1993.p. 01-10.

_____. Estruturas do Domicílio e da Família. In: *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, p. 96-97.

MEDEIROS, M; OSÓRIO, R. G. Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil – 1978 a 1998. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol17_n1e2_2000/vol17_n1e2_2000_4artigo_67_85.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2010

MELLO, S. L. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M. do C. B. (Org.) *A família contemporânea em debate*. São Paulo: PUC, 1997, p. 51-60.

MENDES, M. C. Mulheres chefes de domicílios em camadas pobres: trajetória familiar, trabalho e relações de gênero. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_787.pdf. Acesso em: 12 fev. 2010

MEULDERS, D. A flexibilidade na Europa. In: MARUANI, M; HIRATA, H. In: *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC, 2003, p.273-285.

MONTALI, L. Trabalho e família: sobre a reestruturação produtiva. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a230.pdf>>. Acesso em 12 fev. 2010.

_____. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Campinas/SP, v. 21, n. 2, jul./dez./2004, p.195-216.

MORA, J. F. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Loyola, 2001.

NUNES, H. P. História da família no Brasil e em Goiás: tendências e debates. In: CHAUL, N. F; RIBEIRO, P. R. (orgs.) *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: UCG, 2001. p. 1-69.

ORTNER, S. B. Subjetividade e crítica cultural. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, a. 13, n. 28, p. 375-405, jul./dez./ 2007.

OLIVEIRA, S; SABOIA, A. L; COBO, B. *Dimensões preliminares da responsabilidade feminina pelos domicílios: um estudo do fenômeno a partir dos censos demográficos de 1991 e 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: *O Trabalho do Antropólogo*. São Paulo: UNESP, 2000, p. 17-35.

PAOLI, M. C. Mulheres: imagem, lugar e movimento. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, n. 4, 1985.

PEIRANO, M. G. S. Os antropólogos e suas linhagens (a procura de um diálogo com Fábio Wanderley Reis). Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie102empdf.pdf>> Acesso em 01 set. 2009.

PISCITELLI, A. Re-criando a categoria mulher. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/Adriana01.pdf>> Acesso em: 21 out. 2010

RAGO, M. Descobrir historicamente o gênero. In: *Trajetórias do gênero: masculinidades*. Campinas/SP: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1998, p. 89-98.

RIBEIRO, M. B. A. Memória, família e poder: história de uma permanência política – Os Caiados em Goiás. In: CHAUL, N. F. (org.) *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: UFG, 1998. p. 210-329.

ROVERY, M. *Práticas contraceptivas no município de Goiânia*. Goiânia: Grupo Transas do corpo, 2007.

RUBIN, G. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política do sexo”. Disponível em: <<http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/OTraficoDeMulheres.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

SÂMARA, E. de M. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989, p. 7-47.

_____. *O que mudou na família brasileira? (da colônia à atualidade)*. São Paulo: USP, v. 13, n. 2, 2002a.

_____. Mulheres Chefes de Família no Brasil: século XIX e XX. In: *XIII Encontro nacional da ABEP*. Ouro Preto, 2002b.

SARTI, C. A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M. do C. B. (org.) *A família contemporânea em debate*. São Paulo: PUC, 1997, p. 39-50.

SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. Disponível em: <<http://www.interface.org.br/revista8/ensaio3.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

SCHMIDT, S. P. Como e porque somos feministas. *Estudos Feministas*. Florianópolis, n. 12, set./dez./2004, p. 17-22.

SEGNINI, L. R. P. Feminização do trabalho bancário. In: BRUSCHINI, C; SORJ, B. (orgs.) *Novos Olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero/Fundação Carlos Chagas, 1994, p. 37-66.

SPIVAK, G. C. Puede hablar el subalterno? In: *Revista Colombiana de Antropologia*. v. 39, enero/diciembre/2005, p. 297-364.

TORNQUIST, C. S. Em nome dos filhos ou o retorno da lei do pai: entrevista com Martin Dufresne. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/16.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Projeto Político Pedagógico da creche da UFG*. Goiânia: UFG, 2011.

VAITSMAN, J. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VELHO, G. Família e subjetividade. In: ALMEIDA, A. M. (org.) *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987, p. 79-88.

VIVEIROS DE CASTRO; ARAÚJO, R. B. Romeu e Julieta e a origem do Estado. In: *Arte e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 130-169.

WOORTMANN, K. W; ELLEN F. *Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias*. Trabalho apresentado no Pré-Evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas, realizado em 4 de novembro de 2002, Ouro Preto-MG pela CNPD, FNUAP e ABEP.

APÊNDICE

Dados de identificação:

Nome completo _____

Idade _____

Cor _____

Estado Civil: solteira () separada () viúva ()

Religião _____

Profissão _____

Renda média mensal (salário mínimo) 1 a 2 salários () 3 a 4 salários () acima de 5 ()

Quantas horas você dedica ao trabalho remunerado? _____

Residência: própria () alugada ()

Mora com os filhos e/ou agregados: _____

Número de filhos _____

Região de origem: _____

Mora em Goiânia há quanto tempo? _____

Área de formação/ Curso superior _____

Pretende dar continuidade aos estudos? Sim () não ()

BLOCO I

1. A condição de chefe de família influenciou na escolha do seu curso universitário?
2. Conte-me se à escolha da sua profissão teve alguma relação com:
Cuidado com o filho/a: sim () não ()
Cuidado com a casa sim () não ()
3. Após se tornar responsável pela sua família você teve ou tem alguma ajuda financeira (pensão, bolsa, etc.) para ajudar na manutenção da família:
4. Como são realizadas as tarefas domésticas?

BLOCO II

1. Quais as causas que fizeram ou colaboraram para você se tornar chefe de família?
2. O que significa para você ser chefe de família?
3. Como você é vista pelas outras pessoas na condição de chefe de família?
4. Você já trabalhava antes de se tornar chefe de família?
5. Sim () em quê? _____
6. Não () por quê? _____
7. Os valores independência, autonomia são importantes, embasam a sua família?

BLOCO III

1. Onde está seu namorado/companheiro/esposo?
2. Pretende casar-se novamente ou ter um novo companheiro?
3. Como eram as mulheres (mãe, avó, tia, etc.) de sua família?

4. Se você tivesse um companheiro para ajudar nas despesas e na criação com os filhos/as, seria mais fácil ou não a vida familiar?

ANEXO

Perfil das Interlocutoras

Nome Fictício/ Idade	Estado Civil	Cor declarada	Renda mensal (salários mínimos*)	Ocupação / Profissão	Origem familiar	Religião Declarada	Tempo que mora em Goiânia	Mora com Filhos (n.)	Formação acadêmica em andamento
T/ 45anos	Separada	Morena	+ 10 SM	Funcionária pública	Cuiabá MT	Protestante	4	1	Mestranda em Antropologia
M/ 39 anos	Separada	Morena	+4S M	Professora	Juiz Fora MG	Espírita	1	1	Doutoranda em Literatura
Y/ 45 anos	Separada	Morena	+5 SM	Professora	Porongatu GO	Católica	26	2	Doutoranda em Sociologia
K/ 32 anos	Solteira	Negra	+3 SM	Autônoma (feirante)	Maranhão MA	Espírita	28	1	Graduanda em Letras
I/ 27 anos	Solteira	Branca	+3SM	Autônoma (artesã)	Goiânia GO	Espírita	27	3	Graduanda em Artes Visuais
A/ 53 anos	Viúva	Branca	+4 SM	Advogada e Professora	Paraúna GO	Católica	30	2	Graduanda em Letras
J/ 22 anos	Solteira	Negra	+5 SM	Estudante	Brasília DF	Evangélica	11	1	Graduanda em Ciências Sociais
K/ 32 anos	Separada	Negra	+3 SM	Autônoma (feirante)	Aruanã GO	Protestante	15	1	Graduanda em Filosofia
H/ 42 anos	Separada	Branca	+5 SM	Estudante	Goiânia/GO	Não declarou	36	3	Doutorando em Sociologia
R/ 49 anos	Separada	Branca	+3 SM	Secretária	Rio de Janeiro RJ	Cristã evangélica	8	2	Graduanda em Letras
E/ 37 anos	Solteira	Morena	+3 SM	Técnica em enfermagem	Goiânia GO	Católica	5	3	Graduanda em Biblioteconomia
S/ 41 anos	Separada	Morena	+5 SM	Professora	Brasília DF	Católica	6	3	Mestranda em Literatura
B/ 24 anos	Solteira	Branca	+5 SM	Estudante	Goiânia GO	Não declarou	20	1	Graduanda em Geografia
G/ 19 anos	Solteira	Morena	+5 SM	Professora	Goiânia GO	Católica	19	1	Graduanda em Biologia
C/ 26 anos	Solteira	Branca	+4 SM	Veterinária	Palmeiras GO	Católica	4	2	Doutoranda em Ciência Animal
L/ 23 anos	Solteira	Morena	+5 SM	Professora	Goiânia GO	Católica	6	1	Graduanda em Artes Cênicas
A/ 35 anos	Separada	Branca	+3 SM	Professora	Divinópolis MG	Espírita	4	2	Graduanda em Pedagogia
W/ 27 anos	Solteira	Branca	+3 SM	Professora	Goiânia GO	Não declarou	27	1	Graduanda em Matemática

*correspondia a R\$ 510,00